



ACADEMIA MILITAR

A conceção e o emprego de Unidades de Escalão Companhia em cenários de Dissuasão e Defesa: O caso da Força Nacional Destacada/Companhia de Atiradores Mecanizada para a Roménia.

Aspirante de Infantaria Gonçalo Augusto dos Santos Barreira

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

Coorientador: Major de Infantaria Pedro de Barros Gonçalves Meneses

Júri

Presidente do Júri: Professor Thomas Peter Gasche

Arguente: Capitão de Infantaria João Miguel Teixeira Magalhães

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

junho, 2024



ACADEMIA MILITAR

A conceção e o emprego de Unidades de Escalão Companhia em cenários de Dissuasão e Defesa: O caso da Força Nacional Destacada/Companhia de Atiradores Mecanizada para a Roménia.

Aspirante de Infantaria Gonçalo Augusto dos Santos Barreira

Trabalho de Investigação Aplicada

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Infantaria

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

Coorientador: Major de Infantaria Pedro de Barros Gonçalves Meneses

Júri

Presidente do Júri: Professor Thomas Peter Gasche

Arguente: Capitão de Infantaria João Miguel Teixeira Magalhães

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

Diretor de Curso: Tenente-Coronel de Infantaria Roberto Martins Mariano

junho, 2024

*“O homem não nasce para trabalhar,
nasce para criar,
para ser o tal poeta à solta”*

Professor Agostinho da Silva

Aos meus pais, pelo rigor. À minha irmã, pelo exemplo. À minha avó, pelo amor. Ao meu avô, pela saudade.

AGRADECIMENTOS

A investigação que agora concluímos representa o culminar de cinco anos de formação na Academia Militar. Estes foram anos de devoção, de muito esforço e, não raras vezes, de grande obstinação. O presente relatório materializa a última etapa do longo trajeto a realizar para ser Oficial da Arma de Infantaria.

O primeiro desafio ultrapassado foi a escolha do tema de investigação, escolha essa que foi possível depois de vários conselhos de pessoas que nos sinalizaram uma oportunidade de investigação que conjuga os nossos interesses pessoais com a área científica de Ciências Militares e, mais especificamente, com a atividade operacional de unidades de Infantaria. Não obstante, foram vários os contributos aportados por várias pessoas e entidades.

Em primeiro lugar, temos de reconhecer a colaboração de todas as entidades que nos acolheram e nos proporcionaram acesso a informação especialmente importante e de difícil acesso, designadamente: o Regimento de Infantaria N.º 14, que nos acolheu durante o trabalho de campo realizado com a 5.ª Força Nacional Destacada para a Roménia; a Brigada de Intervenção, por permitir o acesso a informação e aos seus quadros; ao Comando das Forças Terrestres, por ter incentivado o estudo na área nuclear das operações militares e, neste contexto, ter criado todas as condições essenciais ao conhecimento profundo da participação portuguesa na *enhanced Vigilance Activity* da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

Em segundo lugar, agradecemos a todas as personalidades entrevistadas, o tempo despendido e a disponibilidade demonstrada para acrescentar valor à nossa investigação, reforçando a solidez das conclusões que adiante apresentaremos.

No contexto das entidades e das personalidades que mais valor aportaram para a nossa investigação, não podemos deixar de destacar o Major de Infantaria Nelson Sousa, Comandante da 5.ª Força Nacional Destacada para a Roménia, e os militares que compõem o seu Estado-Maior. A observação direta do aprontamento da 5.ª Força Nacional Destacada permitiu a compreensão efetiva de muitos dos aspetos estudados previamente ao trabalho de

campo, o que nos permitiu sustentar com dados empíricos uma discussão de resultados que, de outro modo, não alargaria as fronteiras do conhecimento.

Ao orientador científico desta investigação, Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Cavaleiro, devemos todo o nosso reconhecimento. O facto de ter aceitado supervisionar a nossa investigação em acumulação com as exigentes funções de Comandante do 1.º Batalhão de Infantaria Mecanizado de Rodas e, mais tarde, de *Comprehensive Research and Analysis – Section Head, Joint Force Command Naples*. O conhecimento profundo neste tema, a total disponibilidade para indicar os melhores caminhos a percorrer e a exigência em todas as fases do processo de investigação enriqueceram os nossos resultados, reforçaram a solidez das nossas conclusões e, sobretudo, estabeleceram uma referência de profissionalismo que procuraremos replicar enquanto Oficiais da Arma de Infantaria.

Ao Major Pedro Meneses, na qualidade de coorientador, que primeiramente nos auxiliou na escolha do tema na qualidade de nosso Diretor de Curso, uma batalha intensa inicialmente, mas que deu os seus frutos. Por todo o tempo que despendeu em prol do nosso trabalho, e pelo profissionalismo e dedicação que aqui prestou, obrigado. A ele é também devido o respetivo agradecimento pela postura que tem vindo a demonstrar, bem como o «modelo» de militar que sempre representou, sendo um verdadeiro exemplo para os demais.

Não podemos deixar de agradecer também a quem construiu e manteve firmes os alicerces durante todo o nosso percurso de formação: a nossa família, nomeadamente os nossos pais, avós e irmã. Pela educação que nos deram, pelo amor que nunca nos negaram, pelo exemplo que sempre estabeleceram e, quando partiram, pela saudade que nos deixaram, ficaremos eternamente obrigados a reconhecer, a agradecer e a, pelo menos, tentar retribuir e replicar. Em particular, queremos evidenciar o Tenente-Coronel de Infantaria Mendes Dias, nosso tio, pelo incentivo em prol do ingresso na Academia Militar, pelo acompanhamento ao longo destes cinco anos e por todo o tempo despendido para que tudo no nosso percurso cumprisse ou superasse expectativas.

Aos Infantes do Curso Marechal Manuel de Oliveira Gomes da Costa, que nos acompanham desde o início deste trajeto, com os quais partilhamos os melhores e os piores momentos e com quem construímos memórias inesquecíveis, prestamos o nosso tributo, cientes de que com eles nos fizemos melhores pessoas e melhores militares. Obrigado Infantes.

Por fim, agradecemos à Academia Militar por tudo, absolutamente tudo.

RESUMO

O trabalho de investigação versa sobre a conceção de forças mecanizadas de escalão «Companhia», para emprego em cenários de Dissuasão e Defesa.

Pretende analisar a adequabilidade do conceito de emprego das Unidades de Escalão Companhia (UEC), na *enhanced Vigilance Activity* (eVA) da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) na Roménia. Para atingir este objetivo, examinámos o ambiente operacional do emprego destas UEC na eVA, estudámos as suas tarefas, analisámos a adequabilidade da sua organização, e o processo de aprontamento para a missão.

O objeto de estudo é a Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas que Portugal projeta para a Roménia (CAAtMec/ROU). Circunscrevemos o estudo ao período que medeia entre 2022 e 2024 (1.^a a 5.^a Forças Nacionais Destacadas); e centramos o trabalho em questões relacionadas com a conceção, aprontamento e emprego da força.

Para atingir os objetivos, consoante o objeto de estudo, adotamos um raciocínio indutivo e uma estratégia qualitativa, adequada à informação que podemos recolher. O desenho de investigação adotado é o Caso de Estudo, porquanto o centro de gravidade da investigação reside na CAAtMec/ROU. O horizonte temporal da investigação é transversal, pois estudamos certas áreas num dado período de tempo. A recolha de dados assegura a solidez das conclusões pela triangulação de técnicas, designadamente: inicialmente, entrevistas exploratórias e pesquisa bibliográfica; seguidamente, análise documental e observação direta de um aprontamento; e, por fim, entrevistas a personalidades que integraram o processo de preparação e aplicação destas forças.

A investigação conclui que a CAAtMec/ROU tem capacidade para realizar as tarefas que lhe são cometidas, havendo margem de melhorias nas áreas que se enuncia: incorporar viaturas PANDUR II 8X8 com canhão 30mm; reforçar a força com meios de apoio de fogos, preferencialmente um módulo de morteiros; e criar um sistema de aprontamento de forças dedicado a missões de Dissuasão e Defesa.

Palavras-Chave: CAAtMec/ROU; Dissuasão e Defesa, eVA; conceção; emprego; Caso de Estudo.

ABSTRACT

The research work focuses on the design of mechanized forces at the "Company" echelon, for deployment in Deterrence and Defense scenarios. It aims to analyze the suitability of the employment concept of Company Echelon Units (CEU) in NATO's enhanced Vigilance Activity (eVA) in Romania. To achieve this objective, we examined the operational environment of these CEU in eVA, studied their tasks and analyzed the adequacy of their organization, and the preparation process for the mission.

The object of study is the Wheeled Mechanized Infantry Company that Portugal deploys to Romania (MechInfComp/ROU). We confined the study to the period between 2022 and 2024 (1st to 5th National Detached Forces) and focused the work on issues related to the design, preparation, and employment of the force.

To achieve the objectives, depending on the object of study, we adopted an inductive reasoning and a qualitative strategy, suitable for the information we could gather. The research design adopted is the Case Study, as the center of gravity of the research resides in the MechInfComp/ROU. The research's time horizon is cross-sectional since we study certain areas over a given period. Data collection ensures the robustness of the conclusions through the triangulation of techniques, namely: initially, exploratory interviews and bibliographic research; subsequently, document analysis and direct observation of a preparation; and finally, interviews with personalities who were part of the preparation and application process of these forces.

The research concludes that the MechInfComp/ROU is capable of performing the tasks assigned to it, with room for improvement in the following areas: incorporating PANDUR II 8X8 vehicles with 30mm cannon; reinforcing the force with fire support means, preferably a mortar module; and creating a dedicated force preparation system for Deterrence and Defense missions.

Keywords: MechInfComp/ROU; Deterrence and Defense; eVA; design; employment; Case Study.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
ÍNDICE.....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	x
ÍNDICE DE QUADROS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1	
ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
1.1. Contexto Histórico	4
1.2. OTAN	8
1.2.1. Cimeira de Lisboa e Conceito Estratégico de 2010	9
1.2.2. Cimeira de Gales (2014)	10
1.2.3. Cimeira de Varsóvia (2016)	11
1.2.4. Cimeira de Madrid e Conceito Estratégico de 2022	12
1.2.5. Cimeira de Vilnius (2023).....	13
1.3. Portugal no contexto internacional	14
1.3.1. Situação Portuguesa no pós anexação da Crimeia	14
CAPÍTULO 2	
CORPO DE CONCEITOS	16
2.1. Processo de conceção de forças	16
2.1.1. Cenários de emprego de forças	17

2.1.2. Dissuasão e Defesa.....	19
2.1.3. Força.....	20
2.2. Aprontamento de forças.....	21
2.2.1. Sistema de Aprontamento de Forças do Exército	22
2.3. Modelo de Análise	27
CAPÍTULO 3	
METODOLOGIA.....	29
3.1. Opções metodológicas	29
3.2. Método	30
3.2.1. Análise documental	30
3.2.2. Observação Direta	30
3.2.3. Entrevistas	31
CAPÍTULO 4	
APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS	32
4.1. Resultados da Análise Documental	32
4.2. Resultados da Observação Direta	35
4.3. Resultados das Entrevistas	36
CAPÍTULO 5	
DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....	50
5.1. Comparação dos Resultados	50
5.2. Resposta às Questões de Investigação	51
CONCLUSÃO.....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
APÊNDICES	I
Apêndice A: A Influência da Geopolítica no Conflito Rússia-Ucrânia.....	I
Apêndice B :Mapa de Categorias	V
Apêndice C: Modelo de Análise.....	VI

Apêndice D: Consentimento Informado e Guião de Entrevista	VII
ANEXOS	XIII
Anexo A: Caracterização de Ameaças e Riscos	XIII
Anexo B: Cenários e Subcenários de Atuação das Forças Armadas	XV
Anexo C: Cronograma das Tarefas Principais de Aprontamento de Forças	XVII
Anexo D: Cronograma de Aprontamento da 5.ª FND CAAtMec/ROU.....	XVIII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Desenvolvimento conceptual do Conceito Estratégico Militar	177
Figura 2: Componentes de um modelo interativo de análise de dados	27
Figura 3: Etapas do processo de análise de conteúdo.....	28
Figura 4: Organização do Contingente Nacional	322
Figura 5: Organização e relações de Comando na estrutura multinacional	333
Figura 6: Organização da 1. ^a FND CAAtMec/ROU	33
Figura 7: The natural seats of power	II
Figura 8: Modelo geopolítico de sir Halford Mackinder.....	III
Figura 9: Caracterização de Ameaças e Riscos	XIII
Figura 10: Subcenários de Segurança Cooperativa	XV
Figura 11: Cronograma de Aprontamento de Forças	XVII
Figura 12: Cronograma de Aprontamento da 5. ^a FND CAAtMec/ROU	XVIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Quadro Síntese das respostas à pergunta 1 da parte I.....	36
Quadro 2: Quadro Síntese das respostas à pergunta 2 da parte I.....	38
Quadro 3: Quadro Síntese das respostas à pergunta 3 da parte I.....	39
Quadro 4: Quadro Síntese das respostas à pergunta 1 da parte II	400
Quadro 5: Quadro Síntese das respostas à pergunta 2 da parte II	422
Quadro 6: Quadro Síntese das respostas à pergunta 3 da parte II	433
Quadro 7: Quadro Síntese das respostas à pergunta 4 da parte II	444
Quadro 8: Quadro Síntese das respostas à pergunta 5 da parte II	455
Quadro 9: Quadro Síntese das respostas à pergunta 6 da parte II	466
Quadro 10: Quadro Síntese das respostas à pergunta 7 da parte II	47
Quadro 11: Quadro Síntese das respostas à pergunta 8 da parte II	48
Quadro 12: Mapa de Categorias	V
Quadro 13: Modelo de Análise.....	VI

LISTA DE ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

B

BrigInt	Brigada de Intervenção
BrigMec	Brigada Mecanizada
BrigRR	Brigada de Reação Rápida

C

CAtMecR	Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEM	Conceito Estratégico Militar
CFT	Comando das Forças Terrestres
CIS	<i>Communication and Information Systems</i>
CN	Contingente Nacional
CREVAL	<i>Combat Readiness Evaluation</i>

E

EM	Estado-Maior
EME	Estado-Maior do Exército
EMGFA	Estado-Maior General das Forças Armadas
END	Elementos Nacionais Destacados
EP	Exército Português
EUA	Estados Unidos da América
eVA	<i>enhanced Vigilance Activity</i>

F

FFAA	Forças Armadas
FND	Força Nacional Destacada

G

GEOMETOC	<i>Geo-Meteorological and Oceanographic</i>
----------	---

I

IFV	<i>Infantry Fighting Vehicle</i>
IGE	Inspeção Geral do Exército
M	
MCI	Módulo Conjunto de Informações
MDAA	Módulo de defesa antiaéreo
MNB-SE	<i>Multinational Brigade Southeast</i>
N	
NRF	<i>NATO Response Force</i>
O	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
P	
PfP	<i>Partnership for Peace</i>
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RAP	<i>Readiness Action Plan</i>
ROU	Roménia
S	
SAFE	Sistema de Aprontamento de Forças do Exército
SF	Sistema de Forças
SOTU	<i>Special Operations Task Unit</i>
T	
tFP	<i>tailored Forward Presence</i>

TO Teatro de Operações

U

UE União Europeia

UEC Unidade Escalão Companhia

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

V

VBR Viatura Blindada de Rodas

VJTF *Very High Readiness Joint Task Force*

INTRODUÇÃO

As unidades militares táticas são sistemas que conjugam recursos humanos, recursos materiais (veículos, armas, munições, etc.) e a doutrina para o cumprimento de tarefas táticas. A constituição, organização e preparação destas unidades deve ser adaptada de acordo com vários critérios, entre eles os recursos endógenos disponíveis, o opositor e o espaço onde serão empregues.

O recrudescimento da tensão e da conflitualidade no Leste da Europa levou a que, especialmente após 2014, os países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) reclamassem medidas dissuasoras e preventivas face a uma Rússia cada vez mais hostil. Neste contexto, a OTAN criou a *enhanced Vigilance Activity* (eVA) e posicionou forças em treino e em elevada prontidão em países como a Eslováquia, a Islândia, a Lituânia ou a Roménia. Portugal, como membro da OTAN e de acordo com as suas capacidades, tem participado na eVA com forças constituídas. Deste contributo destacamos a Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas (CAAtMecR) que Portugal mantém na Roménia (ROU) desde abril de 2022.

A investigação que agora apresentamos trata um tema relacionado com esta Força Nacional Destacada (FND), tendo por título **A conceção e o emprego de Unidades de Escalão Companhia em cenários de Dissuasão e Defesa: O caso da Força Nacional Destacada/Companhia de Atiradores Mecanizada para a Roménia**. A relevância deste tema deve-se aos seguintes fatores:

- No quadro das Forças Armadas (FFAA), esta CAAtMecR foi a primeira força a ser projetada para o flanco Leste da Europa após a invasão da Ucrânia pela Rússia, no contexto de grande incerteza acerca do seu emprego e da real ameaça que impendia sobre os países daquela região, e por extensão, sobre a própria força;
- No quadro do Mestrado integrado em Ciências Militares, na especialidade de Infantaria, por se tratar de um tema relevante para a área nuclear das Operações Militares, focado numa unidade tática da Arma de Infantaria; e
- Em termos pessoais, o tema aborda a aplicação de forças de Infantaria constituídas, treinadas e projetadas por unidades do Exército Português (EP). É nestas unidades

aprontadoras que ensejamos desenvolver a nossa atividade profissional futura, razão pela qual se torna incontornável o seu estudo.

O percurso de investigação desenvolvido teve como referência a FND CAAtMec/ROU enquanto objeto de estudo, o qual, por limitações de tempo e extensão do relatório final, foi delimitado temporal e espacialmente. O nosso estudo focou-se apenas na CAAtMecR e tem uma delimitação temporal entre 2022 e 2024, correspondendo os períodos de aprontamento e projeção das forças da 1.^a à 5.^a FND. Em termos espaciais, consideramos apenas estas CAAtMecR no contexto do seu aprontamento em Portugal e da sua projeção e missão na Roménia. Além disso, focamos o nosso estudo nas questões relacionadas com a conceção, aprontamento e emprego da força, nomeadamente nas tarefas que a mesma desempenha na execução da sua missão.

Quando iniciamos os trabalhos exploratórios, identificamos alguns aspetos da organização da força, das tarefas que ela deve cumprir e as potencialidades e limitações decorrentes da estrutura e dos meios disponíveis que não consideramos suficientemente claros. Neste sentido, após a pesquisa bibliográfica preliminar e entrevistas exploratórias realizadas, estabelecemos como objetivo geral (OG) de investigação: **Analisar a adequabilidade do conceito de emprego das UEC nacionais no âmbito da eVA da Aliança Atlântica.**

No sentido de direcionar o nosso estudo, designadamente na recolha e tratamento de dados, estabelecemos quatro objetivos específicos (OE), concretamente:

- OE1: Examinar o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA;
- OE2: Examinar as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA.
- OE3: Analisar a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA;
- OE4: Analisar o processo de aprontamento das UEC na eVA.

Para fazer face ao OG da investigação, definimos uma Questão Central (QC) que orientou os nossos trabalhos: **Qual a adequabilidade do conceito de emprego das UEC nacionais no âmbito da eVA da Aliança Atlântica?**

A adjetivar a QC, desenvolvemos quatro questões derivadas (QD) e concorrentes para o OG da investigação:

- QD1: Qual o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA?
- QD2: Quais as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA?
- QD3: Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?
- QD4: Qual o processo de aprontamento das UEC na eVA?

Este relatório final do trabalho de investigação aplicada (RFTIA) encontra-se estruturado do seguinte modo:

- A Introdução versa sobre a apresentação do tema de investigação, os objetivos a atingir e as perguntas orientadoras do nosso percurso;
- No Capítulo 1 realizamos o enquadramento teórico, salientando o contexto histórico da tensão e da conflitualidade ao Leste da Europa, o Conceito Estratégico da OTAN, as principais decisões tomadas pela Aliança Atlântica entre 2010 e 2023, assim como as principais linhas de força da posição portuguesa relativamente à anexação ilegal da Crimeia pela Rússia, em 2014, e à invasão da Ucrânia pelo mesmo país, desde 2022;
- O Capítulo 2 é reservado à operacionalização de conceitos essenciais para a investigação, mormente à conceção e ao aprontamento de forças. Este capítulo encerra-se com o modelo de análise adotado;
- No Capítulo 3, clarificaremos as opções metodológicas tomadas;
- No Capítulo 4, apresentamos os resultados decorrentes do tratamento dos dados obtidos, na análise documental, na observação direta e nas entrevistas;
- O Capítulo 5 consiste numa discussão de resultados, onde se procede ao cruzamento da informação obtida e se reflete criticamente sobre ela. Procuramos aqui dar resposta às questões de investigação pré-estabelecidas e, deste modo, criar a base firme necessária à formação de conclusões;
- Na Conclusão, apresentamos uma sumula do percurso da investigação realizado, das opções metodológicas realizadas e das conclusões que os resultados sustentam. Complementamos a conclusão com a identificação das limitações à investigação, com uma sinalização de áreas onde o conhecimento é limitado e onde investigações posteriores poderão alargar as fronteiras da ciência e, ainda, propostas de melhoria passíveis de implementação.

CAPÍTULO 1

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Contexto Histórico

O conflito no qual se insere este estudo é antigo, iniciando-se antes da formação da atual Rússia. Desde a época da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que se registava a existência de tensões entre a mesma e os estados que a compunham, incluindo a Ucrânia. Durante a Guerra Fria (1947-1991), a tensão entre os Estados Unidos da América (EUA) e a URSS era intensa, culminando no desmembramento da URSS em 1991.¹ Antes da sua queda em 1991, a URSS estava enfraquecida pela corrida ao armamento com os EUA. Em 1987, foram implementadas medidas que desorganizaram ainda mais o país, agravando o declínio económico. A redução dos gastos militares enfraqueceu significativamente o exército da URSS, contribuindo para sua dissolução.²

Ainda antes, em 1986, o desastre nuclear de Chernobyl aumentou o descontentamento ucraniano com o governo soviético. Além disso, existia também uma ameaça permanente da URSS à cultura e língua da Ucrânia. Em 1990, a Ucrânia declarou independência, não se separando imediatamente, contudo, priorizando as suas leis sobre as soviéticas. Dado o enfraquecimento do seu exército pelo resultado da Guerra Fria, a URSS não conseguiu evitar os atos ucranianos e, a 1 de dezembro de 1990, a Ucrânia tornou-se independente, seguida, até ao final de 1991, por outros países da periferia da URSS tornando-se independentes, mas, ao mesmo tempo, ficando vulneráveis a influências externas.³

¹ Este tema é amplamente debatido pelos teorizadores clássicos da Geopolítica, destacando-se Halford Mackinder. Analisamos, de forma sumária, a explicação que Mackinder nos oferece para a tensão permanente entre as potências marítimas e a potência continental na Europa de Leste no Apêndice A.

² De acordo com Poty (2019, p. 22) “Neste cenário de crise económica, pressão externa dos Estados Unidos e liderança com nova mentalidade, o governo soviético tentou implantar uma reforma económica radical, a Perestroika, que consistia basicamente num conjunto de medidas de carácter liberalizante (...) em 1987-88, as reformas desorganizaram o sistema económico soviético, gerando problemas de abastecimento de alimentos, necessidade de grandes volumes de importações, aumento substancial da dívida externa e crise inflacionária (...) A proposta de redução de gastos militares, que significaria na prática uma diminuição de armas e tropas, levou Gorbachev a tentar redefinir toda a estratégia militar soviética”.

³ Poty (2019, pp. 22-23), afirma que após o desastre de chernobyl, foi criada em 1989 uma sociedade para proteção da língua ucraniana em que “Este grupo considerava que os fundamentos da nação ucraniana, que seriam a língua e a cultura, estavam sob ameaça, devido ao processo de “russificação” pela qual havia passado a Ucrânia durante a urbanização no período soviético.” Em 1990, “Devido à crise económica e ao enfraquecimento do exército, o governo central em Moscovo estava numa condição de impotência para travar as aspirações de independência de suas repúblicas.”. E em 1991, após a independência da Ucrânia, “os países que fizeram parte da União Soviética (...) tornaram-se bastante vulneráveis a influências externas, sobretudo a americana, pois situavam-se no *rimland*, região estratégica na perspectiva geopolítica dos Estados Unidos relativa à contenção da Rússia e ao objetivo de alcançar proeminência na Eurásia.

Após o sucedido, foram estabelecidas duas partes semelhantes, porém distintas: De um lado, a Rússia, a qual já se encontrava economicamente enfraquecida, Do outro lado, a Ucrânia, país recém consagrado, o qual dependia em grande parte do apoio da Rússia, que quase cessou de existir, levando a que houvesse outra crise econômica e social no país, pois tinha de ser reconstruído da base para o topo, dispondo de poucos meios.⁴

Assim, começaram a levantar-se questões de natureza geopolítica no ocidente, nomeadamente sobre a região da Crimeia. Era um local de importância geoestratégica para a Rússia, pois garantia o acesso ao Mar Negro, que por sua vez se ligava ao Mar Mediterrâneo, dando à Rússia um novo posicionamento estratégico marítimo que não possuía anteriormente.⁵

Além disso, perduravam outras questões que tiveram impacto no desenrolar de acontecimentos. Pouco tempo após a desagregação da União Soviética, a Ucrânia detinha cerca de um terço do armamento nuclear que pertencia à URSS. Em 1994 havia então pelo menos duas partes interessadas nessa questão: A Rússia tencionava ter de volta o armamento nuclear, pois era necessário para fortalecer a sua posição como potência mundial, e mitigar o declínio militar e social por onde caminhava; e a Ucrânia, que estava também a passar por uma fase de instabilidade territorial e precisava de garantir a segurança da sua soberania e integridade territorial, tanto perante a Rússia como também perante outras potências, nomeadamente os EUA, e o Reino Unido e Irlanda do Norte. Assim, em 1994, foi assinado pelas entidades mencionadas o Memorando de Budapeste⁶, marcado pela entrega das armas nucleares por parte da Ucrânia à Rússia, com a garantia de que a Ucrânia não veria a sua integridade territorial e independência comprometidas, o que, como o presente nos mostra, não foi cumprido pela Rússia.

Por outro lado, a Ucrânia tinha intenções de se juntar à OTAN, verificando-se, no entanto, que a Crimeia constituía um problema. Era uma região de elevada tensão social

⁴ Após o desmembramento da União Soviética, a Rússia fraquejou entrando em “crise econômica e social em decorrência do modo abrupto como foi feita a transição para a economia de mercado”, já a Ucrânia “sofreu grande queda na produção agrícola e industrial e passou por um processo de hiperinflação. Esta deu-se principalmente por não haver instituições financeiras próprias na Ucrânia e pela necessidade de comprar produtos do mercado estrangeiro” (Poty, 2019, p. 23).

⁵ Poty (2019) afirma que existia, nos anos que sucederam à separação da URSS, uma grande concentração de valores étnicos e culturais na Crimeia, o que dificultou a separação da Ucrânia e a posse deste território, algo que foi imediatamente aproveitado pela Rússia de maneira a posteriormente reclamarem a Crimeia.

⁶ No memorando ficou estabelecido, no parágrafo 2, “The Russian Federation, the United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland, and the United States of America reaffirm their obligation to refrain from the threat or use of force against the territorial integrity or political independence of Ukraine, and none of their weapons will ever be used against Ukraine except in self-defense or otherwise in accordance with the Charter of the United Nations” (NU, 2021, pp. 169-170).

devido à diversidade populacional. Em 1995, houve dois acontecimentos derivados dessa mesma tensão existente: a Crimeia ameaçou separar-se do país, contudo a Ucrânia colmatou essa ameaça, permitindo que esta se tornasse autónoma, continuando a fazer parte da Ucrânia; além disso, o governo ucraniano cedeu o porto de Sebastopol à Rússia.⁷

Com o passar dos anos, a tensão manteve-se com os olhos postos na Crimeia, porém sem qualquer dos mais relevantes atores assumirem uma posição de força. Houve um aumento do descontentamento populacional em relação à pressão exercida pela Rússia⁸ devido às ligações europeias com a Ucrânia até 2013.⁹ Esse descontentamento levou à dissolução do governo ucraniano, causando instabilidade na capital e também na Crimeia, pois os ucranianos pretendiam o território novamente na sua posse. Em inícios de 2014, foi realizado um referendo na Crimeia que determinou a sua anexação à Rússia. Esta decisão não foi bem aceite pela União Europeia (UE), levando a assumir que foi derivada da pressão exercida pelo presidente russo Vladimir Putin.¹⁰

A anexação da Crimeia pela Rússia despoletou várias reações de natureza política, económica e militar, principalmente no ocidente. Os países representados na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, estando contra esta anexação, recusaram o referendo, dando-o como inválido¹¹, apesar de, para a Rússia, tal não provocar grandes consequências, mostra imediatamente qual a posição política que as Nações Unidas pretendem tomar perante os acontecimentos. Ou seja, é muito importante esta posição da Europa ocidental, da UE e dos Estados Unidos, pois é uma demonstração clara de que,

⁷ Já Oliveira (2016, p. 36) reitera a influência que, o facto da maioria da população da Crimeia ser Russa, teve na criação de tumultos, bem como, relativamente ao porto de Sebastopol que, passando para a Rússia “a maioria da frota do Mar Negro ficaria sob o controlo da Rússia e em contrapartida seriam sanadas as dívidas pelo fornecimento de petróleo e gás de Kiev a Moscovo.”

⁸ Devido ao debate constante sobre o papel da geografia da Rússia no mundo, por vezes é esquecido o poder de influência contido nos cidadãos russos. Ainda que a geografia e a geopolítica sejam importantes, áreas que foram estudadas por autores como Halford Mackinder, a parte cultural e social é igualmente importante. Estes factos são trazidos a debate por autores como Alexandr Dugin, que reflete sobre a influência populacional da Rússia no panorama expansionista. “The Russian people is Russia today, but not as a clearly delineated state, but as a geopolitical potentiality, real and concrete on the one hand, but which has not yet defined its new state structure, neither its ideology, nor its territorial limits, nor its socio-political structure.” (Dugin, 1997, p. 182).

⁹ O presidente ucraniano em 2013 era Viktor Yanukovych, que era oriundo da parte oriental da Ucrânia. Apesar de Yanukovych ter tirado proveito económico da disputa entre a UE a Rússia, viu os seus cidadãos ficar descontentes com o seu governo por ter suspenso “o acordo político e económico de livre comércio com a UE, assinando um acordo com a Rússia que reduzia as barreiras comerciais entre os estes países, sendo que a Ucrânia receberia ajuda financeira e económica” (Oliveira, 2016, p. 38).

¹⁰ Na ótica dos EUA e da UE, a Rússia teria violado a soberania e integridade territorial da Ucrânia. Na ótica Russa, não houve nenhuma ilegalidade nas suas ações, pois quem atuou com o uso da força na Crimeia foram forças separatistas da região, e as ações posteriormente tomadas foram coincidentes com a decisão popular dos habitantes da Crimeia, manifestada através do referendo (Oliveira, 2016).

¹¹ “A Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o referendo de independência da Crimeia como inválido, após 100 votos a favor, 11 contra e 58 abstenções” (Ramos, 2019, p. 38).

eventualmente, a Rússia iria enfrentar problemas com estas entidades. Economicamente, a Rússia foi severamente afetada com a imposição de sanções económicas, fazendo nomeadamente com que o *Rublo* (moeda russa) desvalorizasse em relação ao *Dólar*; não obstante, a Rússia conseguia de alguma forma sobreviver economicamente devido às suas exportações.¹² Em termos militares, a OTAN reagiu reforçando a segurança no flanco leste devido à *Partnership for peace* (PfP)¹³. Foram tomadas várias diligências, principalmente pelos EUA e pelo Reino Unido, na medida em que foram reforçados com meios militares os países da Europa de leste, em particular nos países na fronteira com a Rússia. Além disso, foi criada em 2014 a *Very High Readiness Joint Task Force* (VJTF), no intuito de acautelar a ocorrência de eventuais incidentes, consubstanciando uma força da aliança capaz de ser empregue rapidamente no terreno. Foi também incrementada a vigilância aérea e naval no leste europeu e no Mar Negro.¹⁴ É também importante salientar que a OTAN não podia tomar ações demasiado agressivas, de forma a não serem mal interpretadas pela Rússia, mitigando o risco de escalada regional ou global.

Ficou claro, após os acontecimentos de 2014, que a Crimeia não seria suficiente para a Rússia. Embora tenha havido ações já referidas por parte da Aliança Atlântica para reforçar a segurança no leste europeu, não foi suficiente para impedir o desejo da Rússia pelo território da Ucrânia. Nesse contexto, entre 2014 e 2022, o mapa da região da Europa ocidental encontrava-se dividido em duas grandes componentes¹⁵: a componente terrestre e a componente sudeste. Além disso, a componente terrestre estava ainda dividida em componente terrestre norte e componente terrestre sul, em relação ao rio *Pripyat*. A Rússia controlava desde 2014 a região da Crimeia, ficando o desejado acesso ao Mar Negro

¹² A Alemanha e os Estados Unidos, por exemplo, eram importadores de gás da Rússia, tendo sido cautelosos na imposição de sanções e tomada de posições (apesar de serem claramente contra as ações russas). (Ramos, 2019).

¹³ “The Partnership for Peace (PfP) is a programme of practical bilateral cooperation between individual Euro-Atlantic partner countries and OTAN. It allows partners to build up an individual relationship with NATO, choosing their own priorities for cooperation. (...) Based on a commitment to democratic principles, the purpose of the Partnership for Peace is to increase stability, diminish threats to peace and build strengthened security relationships between NATO and non-member countries in the Euro-Atlantic area.” (OTAN, 2020^A).

¹⁴ A Ucrânia não é um país membro da OTAN, portanto não estava ao abrigo do artigo 5.º da aliança, no entanto, foram tomadas medidas no decorrer do «PfP». O Reino Unido enviou 4 aeronaves *Eurofighter Typhoon* e anunciou o envio de 100 militares para participarem em exercícios militares na Polónia. Os Estados Unidos (...) começaram a planear o pré-posicionamento de material de guerra suplementar nas proximidades da Rússia”. Em relação à VJTF, era uma “força militar capaz de ser projetada em poucos dias para fazer face a ameaças nos territórios periféricos da NATO” (Ramos, 2019, p. 39).

¹⁵ De acordo com Bornio (2023, p. 14) “É preciso sublinhar, no entanto, que existem diferenças entre os determinantes geoestratégicos do seu «componente terrestre» e do «componente sudeste», em que as dinâmicas dos processos são influenciadas pelo teatro do mar Negro. Além disso, o componente terrestre é ainda dividido em dois subteatros (norte e sul) pelas águas do Pripyat”.

garantido, no que toca à componente sudeste do teatro. Em relação à componente terrestre Norte, estava também controlada, pois esta componente assenta maioritariamente na parte do território da Bielorrússia, um país que tem desempenhado ao longo dos anos um papel de facilitador das intenções geopolíticas da Rússia, mostrando que claramente a sua posição política favorece o governo de Putin.¹⁶ Só faltava controlar a parte da componente terrestre sul. Quase todo o território da Ucrânia está inserido na componente terrestre Sul, pelo que reveste importância geoestratégica, tanto para a Rússia como para a aliança. A OTAN, embora não tivesse a Ucrânia na sua constituição, pôde apoiar o conflito ao longo dos anos, com a disponibilização de materiais e meios porque, além de ser conveniente vir a ter a Ucrânia como país membro, é importante referir que é-lhe também favorável que a Ucrânia mantenha a posse do seu território como medida de bloqueio da Rússia num possível ponto de entrada na Europa.¹⁷

1.2. OTAN

A OTAN é uma organização político-militar, fundada em 1949, inicialmente composta por 12 países, atualmente composta por 32 países, com o propósito de defender os membros que a integram, bem como manter a paz e a segurança internacional.¹⁸

Sendo uma Aliança de cariz militar composta por vários membros, o principal artigo que integra o tratado assinado é o artigo 5.º, que determina que um ataque coordenado a qualquer um dos membros, é visto como um ataque a todos eles.¹⁹ A OTAN promove o diálogo e a cooperação entre os países membros, procurando também o estabelecimento de parcerias com os países nas periferias da organização e com os quais os países membros mantêm relações privilegiadas.²⁰ A Aliança assenta o seu propósito na cooperação entre as

¹⁶ Bornio (2023) afirma que o presidente Bielorusso Lukashenko, entre 2014 e 2022 esteve a manobrar tanto o ocidente como a Rússia de maneira a satisfazer os interesses do país, porém juntou-se à Rússia no que toca ao conflito com a Ucrânia, deixando tropas russas andarem pelo território da Bielorrússia livremente, com o objetivo de invadir a Ucrânia pelo Norte.

¹⁷ “(...) é uma situação favorável para a segurança do flanco oriental. Isto deve-se ao facto de qualquer confronto entre a Ucrânia e a Rússia não exigir que a aliança disponibilize ajuda incondicional à Ucrânia. Permite à Aliança entrar no conflito nos seus próprios termos.” Bornio (2023, p.14).

¹⁸ OTAN (2006, p. 15)

¹⁹ Um princípio essencial do tratado, o pilar que serve de base para toda a aliança, está explícito no tratado de Washington de 1949 “The Alliance is committed to defending its member states against aggression or the threat of aggression and to the principle that an attack against one or several members would be considered as an attack against all.” (OTAN, 2006, p. 15)

²⁰ “The Alliance is deepening and broadening its cooperation with Russia and Ukraine and with other Partner countries – some of which have since become members – as well as with countries in the Mediterranean Dialogue programme and in the broader Middle East. It is also reinforcing cooperation with other international organisations and, in particular, with the European Union, with which it is developing a strategic partnership”, (OTAN, 2006, p. 16).

nações, pois caso não se verifique, acaba a Aliança. Todos se ajudam mutuamente no que diz respeito à defesa do seu território, indo ao encontro dos objetivos de defesa específicos de cada nação. As medidas de segurança da OTAN, assim como o Mundo, evoluem, devido ao facto de as ameaças registarem variações ao longo dos anos, de convencional para não-convencional, de armas ligeiras para armas nucleares, entre outros. A Aliança atualiza constantemente os seus objetivos e medidas de segurança para, de maneira mais adequada, fazer face ao inimigo.²¹

1.2.1. Cimeira de Lisboa e Conceito Estratégico de 2010

O *Conceito Estratégico da OTAN de 2010* reflete a evolução das ameaças que impendem sobre a OTAN, as alterações na composição dos seus países membros e várias transformações na sua estrutura organizacional.

Até ao fim do século XX, os tipos de conflitos eram semelhantes; mas o mundo começou a mudar: o ataque terrorista de 11 de setembro de 2001, as guerras no Afeganistão, a partir de 2001, no Iraque, a partir de 2003; os ciberataques à Estónia, em 2007; a invasão de Geórgia pela Rússia, em 2008; a tensão permanente no Leste da Europa; entre outros. Sucessivos acontecimentos marcados por uma maior hostilidade da Federação Russa relativamente aos países membros da OTAN, conduziram a uma postura diferente dos países (principalmente os do Leste da Europa) e da organização enquanto ator do Sistema Político Internacional. No entanto, a base da organização não se altera, nomeadamente no reforço da continuação da defesa dos seus países membros.²² Agora, o *Conceito Estratégico da OTAN de 2010* é importante porque destaca o facto de garantir a segurança dos seus membros contra algumas ameaças que, apesar de já existirem, estariam a proliferar no mundo, na medida em que, no cenário de Segurança Cooperativa, a Aliança vai influenciar desenvolvimentos de segurança para lá das suas fronteiras.²³ O Conceito fala ainda da ameaça que o terrorismo constituía para a Aliança, tanto para os seus países membros, como além-fronteiras, o que

²¹ “(...) changing threats and threat perceptions have resulted in a continuous process of adaptation of this strategy to ensure that the political framework, military structures and military capabilities needed to deal with modern security challenges are all in place” (OTAN, 2006, p. 18).

²² “The citizens of our countries rely on NATO to defend Allied nations, to deploy robust military forces where and when required for our security, and to help promote common security with our partners around the globe. While the world is changing, NATO’s essential mission will remain the same: to ensure that the Alliance remains an unparalleled community of freedom, peace, security and shared values” (OTAN, 2010, p.5).

²³ “The Alliance is affected by, and can affect, political and security developments beyond its borders. The Alliance will engage actively to enhance international security, through partnership with relevant countries and other international organisations; by contributing actively to arms control, non-proliferation and disarmament; and by keeping the door to membership in the Alliance open to all European democracies that meet NATO’s standards.” (OTAN, 2010, p.8).

fragilizou a Aliança a longo prazo, principalmente na zona leste da Europa, que passou a perceber-se desprotegida perante eventuais ameaças.²⁴ As medidas no âmbito da Segurança Cooperativa, apesar de serem a propósito das mudanças das ameaças globais, eram já também uma forma de prevenir a imprevisibilidade que o futuro reservava.²⁵

Essencialmente, este documento serviu de base para muitas das decisões que são tomadas no presente, mudando a postura da Aliança, passando a ser uma organização muito mais preventiva. Como podemos ver atualmente, o *Conceito Estratégico de 2010* encaminhou a Aliança numa perspetiva de criar forças multinacionais para fazer face às ameaças que surgissem, como veremos à frente.

1.2.2. Cimeira de Gales (2014)

Nos anos anteriores a 2014, apesar de existirem algumas tensões a leste, o ambiente político e social estava controlado. Isto pode ser justificado com o facto de haver boas relações entre a maior parte dos países europeus.

Dado o contexto, era expectável que a Cimeira de Gales em 2014, se tratasse de um fórum, tendo em vista a formalização de acordos negociados de forma regular. A Crise da Crimeia de 2014, que culminou com a anexação ilegal daquele território pela Federação Russa em março desse mesmo ano, modificou a agenda desta Cimeira, mostrando que a guerra pode estar na iminência de regressar ao continente europeu.²⁶ A Aliança Atlântica apresentava uma grande disparidade de ideias para aplicar na atuação da OTAN a nível internacional. A Rússia demonstrou ainda mais o seu carácter expansionista e, o que já eram suposições gerais dentro da organização, passaram a ser certezas, ficando clara na Cimeira de Gales a preocupação geral da Aliança em relação à Rússia.²⁷ Apesar disso, os países membros divergem nas prioridades da OTAN. Havia uma oposição entre os membros que afirmavam a necessidade de voltar a atenção para a Rússia, aumentando o financiamento na

²⁴ No conceito está explícito um ponto acerca do perigo da ameaça terrorista, nomeadamente no aumento do número de forças extremistas, em territórios nas fronteiras de países OTAN, o que se traduz numa preocupação da organização, pois os países podem estar na iminência de um ataque terrorista. (OTAN, 2010).

²⁵ Fernandes (2013) revela a preocupação que a organização teve no ponto de segurança cooperativa, devido ao contexto internacional, nomeadamente na aquisição de armas de destruição maciça por parte das ameaças, o que era considerado um mau presságio para o futuro.

²⁶ Deni (2014, p. 57) afirma “The summit was expected to focus largely on the concluding chapter of the Alliance’s extensive involvement in Afghanistan – a kind of self-congratulatory denouement to a decade of war. Of course, all that changed in early and mid-2014, as Russia first invaded and then annexed Crimea, and later invaded the Donbas in the apparent hope of adding yet more Ukrainian territory”.

²⁷ A OTAN tinha uma visão de uma Europa estável, calma e segura, sendo que a Rússia mudou esse pensamento gerando instabilidade na zona sudeste do flanco oriental. (OTAN, 2014, parágrafo 1).

defesa territorial; com os membros que continuavam a focar-se em questões como a imigração ilegal e ameaças não convencionais, deixando a questão russa mais de parte.²⁸

Assim, tentou garantir-se um foco geral em todos os cenários previstos nas *core tasks* de 2014, reforçando tanto a parte da OTAN no Afeganistão, como o controlo fronteiriço.²⁹ No que diz respeito à defesa territorial, além do reforço, houve uma novidade: a aprovação do *Readiness Action Plan* (RAP) da OTAN, um plano criado para fazer face às ameaças territoriais que surgiram, nomeadamente por parte da Rússia.³⁰ Este plano contém medidas de segurança, com cariz de dissuasão, de maneira a criar um clima de bem-estar e segurança nos membros, bem como a demonstração da adoção de uma postura ligeiramente mais agressiva da Aliança.³¹ Ainda neste âmbito, é afirmado que a *NATO Response Force* (NRF) será reforçada com o estabelecimento de uma força com uma rápida capacidade de projeção, constituída por componentes médias e pesadas, treinadas para combate de alta intensidade. Surge então o conceito de VJTF.³²

1.2.3. Cimeira de Varsóvia (2016)

A tensão entre a Rússia e a OTAN aumentou bastante, no que diz respeito a provocações nas regiões da periferia da Aliança, nomeadamente demonstrações de forças por parte da Rússia, quase a querer forçar a organização a reagir de forma agressiva.³³

Essencialmente, o que mudou nesses dois anos foi o melhoramento de medidas implementadas em 2014, nomeadamente nos RAP, mais concretamente na VJTF.³⁴

²⁸ “It would be easy to argue the Alliance, now returning home from Afghanistan, should refocus on strengthening itself for upholding Article 5, territorial defense.3 However, it is clear several NATO members – especially the United States – still want an Alliance capable of contributing to collective defense and security, not only in Europe, but beyond it as well”. Deni (2014, p. 58).

²⁹ Ficou reafirmado o investimento na segurança dos membros da aliança; a adaptação das missões no Afeganistão (à luz do progresso feito ao longo dos anos); e o aumento da cooperação com países e organizações fora da OTAN. (OTAN, 2014, parágrafo 3).

³⁰ “The Plan will contribute to ensuring that NATO remains a strong, ready, robust, and responsive Alliance capable of meeting current and future challenges from wherever they may arise.” (OTAN, 2014, parágrafo 5).

³¹ “The assurance measures include continuous air, land, and maritime presence and meaningful military activity in the eastern part of the Alliance, both on a rotational basis. They will provide the fundamental baseline requirement for assurance and deterrence, and are flexible and scalable in response to the evolving security situation.” (OTAN, 2014, parágrafo 7).

³² A VJTF iria então ser baseada numa componente terrestre, composta por subcomponentes aérea, marítima e de operações especiais, sendo que iria executar exercícios de defesa coletiva, estando pronta a reagir caso surja qualquer tipo de ameaça. (OTAN, 2014, parágrafo 8).

³³ “Russia's aggressive actions, including provocative military activities in the periphery of NATO territory and its demonstrated willingness to attain political goals by the threat and use of force, are a source of regional instability, fundamentally challenge the Alliance, have damaged Euro-Atlantic security, and threaten our long-standing goal of a Europe whole, free, and at peace.” (OTAN, 2016, parágrafo 5).

³⁴ A implementação dos RAP mostrou resultados positivos no decorrer de dois anos, nos diferentes cenários da OTAN; sendo que a VJTF, fazendo parte dos RAP, foi criada e ficou pronta a ser projetada com um estado

Houve ainda um grande foco no conceito de Dissuasão, levando a aferir que a OTAN, embora seja uma organização de caráter apenas defensivo, via-se forçada a reagir de maneira assertiva perante as ações russas que se estavam a desenvolver.³⁵ Ainda de caráter dissuasivo, a OTAN desenvolveu a *tailored Forward Presence* (tFP), na zona Sudeste do flanco leste, na região da Roménia (ROU), de maneira a mostrar presença de forças nessa região mais avançada da Aliança, bem como um certo nível de prontidão.³⁶

1.2.4. Cimeira de Madrid e Conceito Estratégico de 2022

A 24 de Fevereiro de 2022, a Rússia invade a Ucrânia, trazendo a guerra de volta ao coração da Europa.

A propósito deste clima hostil, surge em 2022, a Cimeira de Madrid, onde é uma vez mais reiterada a condenação dos atos da Rússia perante a Ucrânia, desta vez com mais detalhe, anunciando também de forma direta a condenação desses mesmos atos e a ajuda humanitária que iria ser dada aos ucranianos.³⁷ A questão da guerra na Ucrânia foi um ponto importante discutido na Cimeira, entre outros temas de discussão rotineira, como o combate ao terrorismo, alterações climáticas, etc. Outro ponto importante, foi a aprovação do novo Conceito Estratégico da OTAN.

O *Conceito Estratégico de 2022*, marcado claramente pela guerra na Ucrânia define três *Core Tasks*: Dissuasão e Defesa; Prevenção e Gestão de Crises; e Segurança Cooperativa.³⁸ Tendo em conta o conflito vivido no flanco leste da Europa, dada a invasão à Ucrânia pela Rússia, a OTAN sentiu-se ainda mais ameaçada e foi forçada a responder. O Conceito Estratégico prevê um aumento nas capacidades relacionadas com a dissuasão de forças russas, bem como a manutenção do canal de comunicação com Moscovo, estando

de prontidão de 2-3 dias desde 2015, estando ainda estabelecidas sete VJTF para proceder-se a um plano rotativo de forças. Foi ainda estabelecido um Quartel-General OTAN da MND-SE, na Roménia, com vista a aumentar o comando e controlo na região. (OTAN, 2016).

³⁵ “As a means to prevent conflict and war, credible deterrence and defence is essential.” (OTAN, 2016, parágrafo 39).

³⁶ “We will also develop tailored forward presence in the southeast part of the Alliance territory. Appropriate measures, tailored to the Black Sea region and including the Romanian initiative to establish a multinational framework brigade to help improve integrated training of Allied units under Headquarters Multinational Division Southeast, will contribute to the Alliance’s strengthened deterrence and defence posture, situational awareness, and peacetime demonstration of NATO’s intent to operate without constraint.” (OTAN, 2016, parágrafo 41).

³⁷ “We condemn Russia’s war of aggression against Ukraine in the strongest possible terms. It gravely undermines international security and stability. (...) Allies are working closely to support international efforts to enable exports of Ukrainian grain and to alleviate the global food crisis.” (OTAN, 2022^A, parágrafo 3).

³⁸ “NATO will continue to fulfill three core tasks: deterrence and defence; crisis prevention and management; and cooperative security. These are complementary to ensure the collective defence and security of all Allies.” (OTAN, 2022^B, p. 3, parágrafo 4).

sempre abertos para discutir a paz.³⁹ Além disto, a Finlândia e a Suécia passariam a fazer parte da Aliança (2023 e 2024, respetivamente), o que é um dado geoestratégico importante, pois a OTAN passava a ter na sua constituição 97% dos estados da Europa.⁴⁰ Foi também denotado o facto da China apoiar a Rússia nas suas ações, na medida em que pode constituir um potencial adversário da Aliança.

Em suma, com o *Conceito Estratégico de 2022* foi reforçada a defesa e a dissuasão da zona do flanco leste europeu; foi proposto o alargamento da fronteira da OTAN com a Rússia na zona dos países nórdicos; foi reafirmada a visão 360° da Aliança e a parceria com a UE, entre outros aspetos. Estas medidas levaram naturalmente a um deslocamento geográfico do centro de gravidade da Aliança mais para leste da Europa.⁴¹

1.2.5. Cimeira de Vilnius (2023)

A Cimeira de Vilnius surge já no contexto de um ano decorrido de guerra na Ucrânia. Mais uma vez, a Ucrânia foi convidada a participar na referida Cimeira. A Rússia continuava as suas operações em território ucraniano, o que impede diretamente a entrada da Ucrânia na Aliança, pois isso implicaria que a OTAN entrasse diretamente no conflito; e, promovendo a paz, a organização considera sempre que é prejudicial para a Europa a ocorrência de situações como a retratada. A Aliança tomou uma decisão que, em complemento das ajudas humanitárias, financeiras e militares tomadas nos anos anteriores, veio reforçar ainda mais o apoio à Ucrânia.

A OTAN decidiu criar o Conselho OTAN-Ucrânia. Um órgão composto por membros da Aliança e pela Ucrânia para discutir questões políticas, estratégicas, e de tomada

³⁹ “Its coercive military posture, rhetoric and proven willingness to use force to pursue its political goals undermine the rules-based international order. The Russian Federation is modernising its nuclear forces and expanding its novel and disruptive dual-capable delivery systems, while employing coercive nuclear signalling. (...) NATO does not seek confrontation and poses no threat to the Russian Federation. We will continue to respond to Russian threats and hostile actions in a united and responsible way. We will significantly strengthen deterrence and defence for all Allies (...) we remain willing to keep open channels of communication with Moscow to manage and mitigate risks, prevent escalation and increase transparency.” (OTAN, 2022^B, p. 4, parágrafo 8-9).

⁴⁰ Borges (2022, p.7) refere que a aliança fez um bom trabalho no que toca a trazer mais países para fazerem parte da organização, na medida em que procurou nestes últimos anos satisfazer as necessidades políticas e diplomáticas desses países, tentando fazer um alinhamento de objetivos para garantir a adesão.

⁴¹ Foram delimitadas, segundo Borges (2022), várias medidas importantes no Conceito, algumas novas, outras antigas, nomeadamente “O alargamento da NATO à Suécia e à Finlândia, aumentando a fronteira da NATO com a Rússia (...) A Rússia, como a mais direta e significativa ameaça à segurança e à Paz (...) A atenção ao flanco Sul e a visão 360° da NATO (...) Em termos militares, o deslocamento do centro de gravidade das forças da NATO, da Alemanha para a Polónia, mas também o investimento nas capacidades, na inovação e o desenvolvimento tecnológico”.

de decisões, por forma a melhorar a comunicação e demonstrar apoio aos ucranianos.⁴² A Ucrânia sai da Crimeia sem data de entrada na Aliança, mas com um novo conselho para apoio, bem como pelos aumentos dos meios militares e financeiros que lhe foram garantidos.

1.3. Portugal no contexto internacional

Portugal tem três linhas de força na sua Política Externa: vetor lusófono, com os países que se tornaram independentes de Portugal; vetor europeu, pelas relações que estabelece no continente e que hoje se materializam na UE; o vetor marítimo/atlântico, por procurar sempre uma relação privilegiada com a potência marítima dominante, no passado a Inglaterra e hoje os EUA. No que toca à defesa internacional, os aspetos pelos quais Portugal se rege estão previstos em documentos tais como o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (CEDN) (2013) e o *Conceito Estratégico Militar* (CEM) (2014).

Em termos geopolíticos, Portugal detém uma posição geográfica relevante, sendo considerado um dos centros da comunidade transatlântica devido ao «triângulo geográfico» constituído por Portugal continental e os arquipélagos da Madeira e dos Açores, estabelecendo facilmente ligações com a Europa a Este, os EUA a Oeste, e os países de África a Sul.⁴³ É importante perceber que nesta década de transição, Portugal precisava de se mostrar perante a comunidade internacional, como um país capaz de cumprir e garantir as necessidades das organizações a que pertencia, principalmente no que toca à Aliança Atlântica, pois era a mais crucial em termos de defesa e segurança. Isto é relevante, pois essa obrigação foi responsável pela modernização e reestruturação das forças armadas portuguesas na última década.

1.3.1. Situação Portuguesa no pós anexação da Crimeia

Aquando da anexação da Crimeia pela Rússia em 2014, verificou-se que, assim como a Aliança Atlântica reagiu, também Portugal reagiu. As relações da OTAN com a Rússia

⁴² “We have decided to establish the NATO-Ukraine Council, a new joint body where Allies and Ukraine sit as equal members to advance political dialogue, engagement, cooperation, and Ukraine’s Euro-Atlantic aspirations for membership in NATO. It will provide for joint consultations, decision-making, and activities, and will also serve as a crisis consultation mechanism between NATO and Ukraine.” (OTAN, 2023, parágrafo 12).

⁴³ “A geografia do espaço nacional, definida pelo “triângulo estratégico”, formado pelo território continental e pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores, valoriza, naturalmente, a Europa e o Atlântico. A história confirma a vocação universalista de Portugal (...) que está no centro geográfico da comunidade transatlântica e é um elo natural nas relações entre a Europa Ocidental e a América do Norte e com a América do Sul e a África Austral, regiões com as quais se pretende aprofundar o nosso relacionamento” (Governo de Portugal, 2013, pp. 20-21).

encontravam-se «em construção»; logicamente que as últimas ações por parte da Rússia vieram deitar por terra esses laços de cooperação que se estavam a desenvolver. A Rússia tinha um fator importante a seu favor, na medida em que produzia e exportava diversos produtos para a Europa. Ora, tendo em conta os acontecimentos de 2014, a OTAN enfraqueceu as relações com a Rússia, o que a levou a tomar medidas, nomeadamente no aumento do preço dos recursos a serem exportados para a Europa⁴⁴, e até mesmo a cessar algumas exportações para alguns países, bem como na colocação de meios militares nas zonas de fronteira com a Rússia. É aqui que Portugal entra. Como já vimos, Portugal, estando numa posição geoestratégica central do mundo, encontrava-se na situação ideal para auxiliar na disposição de meios.

1.3.2. Estratégia militar Portuguesa a leste no pós anexação da Crimeia

As FFAA regem-se pelo Ministério da Defesa, que formulou o CEM, e que vai evoluindo consoante as necessidades militares das organizações internacionais. Como já vimos, Portugal participou ativamente, desde 2014 até à atualidade, com forças militares como resposta a esta crise, sempre sob a orientação da OTAN. No desenvolvimento deste subcapítulo, veremos como Portugal contribuiu para essa resposta em específico, bem como para os acontecimentos *a posteriori*. No que diz respeito às tensões a leste, Portugal enviou em 2016, no âmbito das *Assurance Measures* da OTAN, 108 militares para a Lituânia⁴⁵, local onde, até à atualidade, Portugal mantém uma FND em missão, neste mesmo âmbito. Desde 2014 até 2022, Portugal continuou a participar nestas operações até à invasão da Rússia na Ucrânia. Aqui, a OTAN voltou a reagir e, por consequência, Portugal acompanhou, enviando a partir de 2022, um Contingente Nacional (CN) para a Roménia, enquadrado nos GRP e na eVA da OTAN, contingente esse constituído por uma FND baseada numa Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas (FND CAAtMec/ROU) e uma FND baseada numa *Special Operations Task Unit*.

É a partir desta contextualização que a investigação se desenvolve, usando a FND CAAtMec/ROU como caso de estudo para analisar a sua constituição, onde se encontra estruturalmente inserida, como é gerada, treinada e projetada, como será explanado à frente.

⁴⁴ “Os maiores importadores de energia em todo o mundo são países da UE, apresentando uma dependência alta do exterior, sensivelmente 84% do petróleo e 64% do gás natural que consomem. A Federação Russa, como principal fornecedor destes países, é um ator com o qual a UE possui uma ligação permeável a tensões, com possível impacto nas importações de energia” (Martins, 2017, p. 13).

⁴⁵ “O empenhamento de Portugal nas atividades *Assurance Measures*, tem sido constante. A título de exemplo, em 2016, 108 militares do Regimento de Artilharia N.º4, da Brigada de Reação Rápida, constituíram a bateria de artilharia ligeira da *Assurance Measures* 2016 na Lituânia.” (Martins, 2017, p. 25).

CAPÍTULO 2

CORPO DE CONCEITOS

O presente trabalho foca-se nas várias dimensões das forças militares. Em concreto, na maneira como são organizadas, e como são empregues por Portugal no exterior. Para todos esses processos, existem referenciais, doutrinas, para, de facto, organizar, preparar e empregar essas forças, estando tais meios e processos corretos ou incorretos, sendo rudimentares ou inovadores, é preciso estudá-los para perceber a dinâmica do processo de decisão e desenvolver a expectativa de extrair algum tipo de conclusão.

Esta parte conceptual foi dividida em dois temas considerados essenciais e pertinentes para progredir na investigação.

2.1. Processo de conceção de forças

Uma força é uma solução.⁴⁶ No seio militar, o sucesso é atingido quando os fins (objetivos), se encontram alinhados com as opções estratégicas, e com os meios (forças); desta forma podemos assumir que uma parte do caminho para atingir determinados objetivos militares passa pelas forças que se possui, e especificamente, da sua constituição, organização e treino; sendo estes apenas alguns dos fatores responsáveis por efetivamente caracterizar uma força. A força militar é usada para vencer⁴⁷. Sendo ou não a maneira mais correta, é, tal como refere Artur Varanda, uma solução.⁴⁸

Rupert Smith (2006) prevê que as forças podem ser regulares ou irregulares dependendo do contexto de legalidade em que se inserem. Pese embora existam diversos fatores que caracterizam a força como regular ou irregular, há quatro deles que são considerados “vitais” para a sua distinção: “an organized military body”; “an hierarchical structure answerable to the highest in the entity or the state”; “a legal status to bear arms and to have a separate disciplinary code”; e “centralized funding for the purchase of warlike materiel”. Tendo já sido definidos os fatores que permitem constatar que uma força é regular, vamos prosseguir tendo tal pressuposto em consideração. Smith (2006) considera quatro níveis de conflito, de certa forma hierarquizados: «political, strategic, theatre and tactical»,

⁴⁶ Varanda (2016, p.18).

⁴⁷ “Force is the basis of any military activity, whether in a theatre of operations or in a skirmish between two soldiers. It is both the physical means of destruction—the bullet, the bayonet—and the body that applies it. It has been so since the beginning of time.” (Smith, 2006, p.6).

⁴⁸ Varanda (2016, p.18).

e, todos pretendem atingir os mesmos objetivos. Devem estar em perfeita sintonia, de maneira que as diretrizes fluam na hierarquia dos níveis do mais alto para o mais baixo. Se formulamos uma base ou estratégia⁴⁹ para atingir os objetivos definidos, precisamos dos meios para os obter. Podemos então concluir que, para o processo de conceção de forças, deve ser garantida a sintonia entre os níveis de conflito, pois é a partir deles que as forças serão concebidas, assumindo então a premissa que uma força é uma consequência do nível de conflito.

2.1.1. Cenários de emprego de forças

Em Portugal, o CEM (2014) tem um papel fundamental na geração de forças, que são concebidas para fazer face ao contexto estratégico-militar que se vivencia⁵⁰. Sendo assim, é um documento que tem uma metodologia própria para a sua elaboração, que deriva da análise de três outros documentos fundamentais: a *Constituição da República Portuguesa*, a *Lei de Defesa Nacional* e o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.

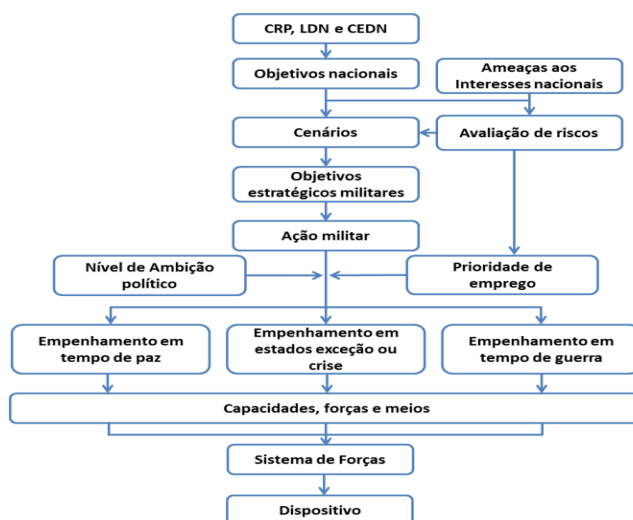


Figura 1: Desenvolvimento conceptual do Conceito Estratégico Militar

Fonte: Conselho de Chefes de Estado-Maior (2014, pp. A-2).

⁴⁹ Beaufre (2020, p. 58) pronuncia-se quase como abstratamente sobre este assunto: “Em vez de deduções firmes e objectivas, a estratégia tem de refletir sobre hipóteses, assim como tem de criar as suas soluções através de verdadeiras invenções”. Tendo em conta a minha análise, podemos assumir que se uma força é uma solução, como afirmado em Varanda (2016, p. 18), então também será uma invenção, na medida em que deve ser “inventada”, (entenda-se gerada), consoante o grau do conflito.

⁵⁰ A finalidade do CEM (2014) é bastante clara e concisa “Enquanto documento central da ação estratégico-militar nacional para a definição da estratégia operacional, da qual decorrem a estratégia estrutural e a estratégia genética, o CEM tem por finalidade orientar a constituição de um instrumento militar que permita dar respostas às necessidades, interesses e responsabilidades de âmbito nacional, onde se incluem as solicitações de natureza coletiva e cooperativa.” Conselho de Chefes de Estado Maior (2014, p. 2).

No CEM (2014) encontra-se referido o largo espectro, bem como o aumento do grau de intensidade das ameaças internacionais. Face a isso, é apresentada uma caracterização de cada ameaça, categorizando-a, de maneira a proceder a uma melhor decisão e estruturação do tipo de forças a serem empregues.⁵¹

O CEM (2014) prevê a distinção de seis tipos de cenários de atuação das FFAA:

- C1 - Segurança e defesa do território nacional e dos cidadãos;
- C2 - Defesa Coletiva;
- C3 - Exercícios de Soberania, Jurisdição e responsabilidades nacionais;
- C4 - Segurança Cooperativa;
- C5 - Apoio ao desenvolvimento e bem-estar;
- C6 - Cooperação e assistência militar.

Neste âmbito, tendo em conta os objetivos estratégicos militares, é definida qual a ação a desenvolver pelas FFAA, no que diz respeito à Missão das Forças Armadas, ao Sistema de Forças (SF), ao Dispositivo de Forças e ao planeamento de forças e elaboração de planos; previsto no Conceito de Ação Militar.⁵²

2.1.1.1 Segurança Cooperativa

De acordo com a mais recente versão do CEM (2014), talvez o cenário de maior relevância para a presente investigação será o de Segurança Cooperativa (Cenário 4), o qual prevê promover a paz e estabilidade na comunidade internacional; fazer face a desastres humanitários; e impor o cumprimento do Direito Internacional.⁵³

O C4 encontra-se, ainda, subdividido em subcenários, para mais facilmente definir o emprego das FFAA.⁵⁴ É neste pressuposto que são cimentadas, em 2014, as bases para a resposta aos recentes acontecimentos da guerra na Ucrânia, embora tenha havido ao longo dos anos algumas adaptações. No conceito de ação militar ficou então previsto que, em tempo de paz, Portugal participaria com FND em operações no âmbito das diversas organizações a que pertencia por um período de seis meses.⁵⁵ Em tempos de estado de exceção ou de crise, Portugal deveria estar preparado para aumentar tanto o estado de

⁵¹ Consultar Anexo A.

⁵² (Conselho de Chefes de Estado Maior, 2014, pp. 18-24).

⁵³ (Conselho de Chefes de Estado Maior, 2014, pp. 21-22).

⁵⁴ Consultar Anexo B.

⁵⁵ Está explícito no CEM (2014), que, no que toca ao Exército, este deve estar pronto a projetar e sustentar três unidades até escalão batalhão para no máximo três teatros de operações, com rotação de forças, sendo que o seu nível limite de esforço vai até ao comando de um escalão brigada.

prontidão como o estado de projeção de forças para participar eficaz e ativamente na gestão das crises e do seu desenvolvimento, no âmbito das organizações internacionais.⁵⁶

2.1.2. Dissuasão e Defesa

O conceito de Dissuasão e Defesa não é uma novidade, e já vem sendo trabalhado pela OTAN desde o período da guerra fria. Pode ser uma técnica ou uma doutrina, no que toca a definir limites para as ações e riscos associados com a ultrapassagem desses limites.⁵⁷

Assim como o mundo evolui, e as ameaças evoluem, também a Dissuasão e Defesa evolui. O grau de dissuasão está diretamente relacionado com a ameaça, pois, quanto maior for o nível de agressividade da ameaça, maior deverá ser a capacidade dissuasora das forças amigas ou aliadas. Tendo em conta o cenário atual, com as grandes ameaças globais a deterem a posse de armas nucleares, assim como as elevadas provocações e demonstrações de forças, a Aliança deve assumir as atitudes como hostis e aplicar a respetiva resposta.

O *Conceito Estratégico da OTAN de 2022* prevê que uma das *Core Tasks* da Aliança seja a Dissuasão e Defesa. Isto marca um ponto de viragem para a Aliança; numa altura em que a Europa volta a ter um conflito de larga escala

Está claramente explícito na parte relacionada com esta *Core Task* que a OTAN iria aumentar ainda mais o número de forças nas fronteiras terrestres a leste; o aumento na quantidade de armamento, tanto aéreo, como marítimo e terrestre, entre outras.⁵⁸ Em relação à parte nuclear, a OTAN justifica a posse desse tipo de armamento com o intuito de garantir a paz e dissuadir possíveis agressões aos seus países membros, reconfortando os cidadãos dizendo que não é objetivo usar armas de cariz nuclear a não ser que extremamente necessário.⁵⁹ Os EUA, estando na posse da maioria das armas nucleares detidas por países

⁵⁶ (Conselho de Chefes de Estado Maior, 2014, pp. 31 e 34).

⁵⁷ De acordo com Von Hlatky e Wenger (2015, p. 20), “As Lawrence Freedman put it, ‘deterrence can be a technique, a doctrine and a state of mind. In all cases, it is about setting boundaries for actions and establishing the risks associated with the crossing of these boundaries. Despite what is commonly assumed, the applicability of deterrence has grown during the past two decades in response to new and complex security problems.’”

⁵⁸ “We will significantly strengthen our deterrence and defence posture to deny any potential adversary any possible opportunities for aggression. To that end, we will ensure a substantial and persistent presence on land, at sea, and in the air, including through strengthened integrated air and missile defence. We will deter and defend forward with robust in-place, multi-domain, combat-ready forces, enhanced command and control arrangements, prepositioned ammunition and equipment and improved capacity and infrastructure to rapidly reinforce any Ally” (OTAN, 2022^B, p. 6, parágrafo 21).

⁵⁹ “The fundamental purpose of NATO’s nuclear capability is to preserve peace, prevent coercion and deter aggression. Nuclear weapons are unique. The circumstances in which NATO might have to use nuclear weapons are extremely remote. (...) The strategic nuclear forces of the Alliance, particularly those of the United States, are the supreme guarantee of the security of the Alliance.” (OTAN, 2022^B, p. 8, parágrafo 29).

da OTAN, são a garantia máxima de segurança da Aliança, sendo estas armas também projetadas para a Europa como meio de dissuasão de potenciais ameaças.

2.1.3. Força

As forças são criadas especificamente para cada situação, podendo ser permanentes ou não.⁶⁰ Os fins para que são concebidas são diversos e diferentes, pelo que, pela lógica, as forças também o devem ser, logo é seguro dizer que cada força é, de certa forma, única.⁶¹

As forças são compostas por unidades e subunidades, estas relacionadas com o escalão, e os elementos pertencentes ao escalão. Varanda (2016) foca-se no estudo das forças como módulos ou modelos; na medida em que, quando uma força é gerada ao mais alto nível, é um modelo, sendo que as subunidades que a constituem são consideradas módulos, ou seja, a partir do momento que procedemos à hierarquização das forças, dividindo-as por escalões, o escalão mais alto nunca poderá ser um módulo, pois foi o primeiro a ser concebido, e vai servir de « pilar » para estruturar os escalões mais baixos (os seus módulos), e assim sucessivamente até à unidade mais pequena.⁶²

Este trabalho foca-se em UEC, e, dessa forma, é importante percebermos o enquadramento no qual estão inseridas as UEC, e, mais especificamente, no âmbito do caso de estudo em investigação, onde uma UEC foi criada para uma operação específica, com objetivos específicos, tendo « módulos » na sua constituição (subordinação). Temos de estudar a relação entre « Modelo e Módulo » para perceber de que maneiras são afetados os seus funcionamentos, nomeadamente na questão do comando de forças.

⁶⁰ Segundo Smith (2006, p. 18) “There does not exist a generic «military force». There may be more standard, even generic types of resources: land, sea and air forces; special forces of various kinds; fighter and bomber aircraft; carriers and submarines; missiles and artillery; tanks and machine guns; and a variety of weapons systems and technological aids in our current era. These are all important components, but they are just that: components, to be selected by a commander for a specific force. And each force is specific—to a period, to a state, to a war, to a single theatre of war, possibly to a battle. Even a standing force is specific: a result of the factors of the time of its formation. For at base, it must be understood that battle is an event of circumstance, and therefore every element of force must be understood as a product of the circumstances in which it was created or used”.

⁶¹ Varanda (2016, pp. 30-31) afirma que “(...) as capacidades necessárias para a consecução dos objetivos de cada cenário de emprego estão presentes nas forças, o produto final de todo o processo. Em suma, o conceito de «Força» depende do conceito de «Cenário», o que, em última análise, torna todas as forças únicas”.

⁶² “(...) tem-se que ao dividir em níveis hierárquicos uma força gerada para uma operação concreta, só o nível de topo, a própria força gerada, é que não é um módulo. Os níveis imediatamente inferiores são geralmente organizados para a missão específica, ou seja, são um modelo de organização de módulos inferiores, sendo, no entanto, simultaneamente os maiores módulos que compõem a força gerada. Ao percorrer os níveis hierárquicos da força, chega-se ao modelo mais baixo, ou seja, ao componente mais pequeno da força organizado para a situação específica.” (Varanda, 2016, p. 31)

2.1.3.1. Escalão

Quando falamos de «Escalão» estamos a falar sobre uma unidade, de determinado tamanho, contendo um determinado número de militares e equipamento, designada para um determinado fim.⁶³ Além disto, existem vários escalões, os quais à medida que vão aumentando, aumentam as suas capacidades, e, normalmente, a sua área de responsabilidade atribuída e a natureza das tarefas e atividades que desenvolve, existindo assim uma proporcionalidade direta entre o nível do escalão e as tarefas que lhe podem ser atribuídas. De acordo com o *APP-6(D) NATO Joint Military Symbology (B-1)*, existem onze escalões, cada um com o seu comando respetivamente atribuído, desde o de menor dimensão (Esquadra), até ao maior (Grupo de Exércitos). Portugal segue o referencial OTAN para estas matérias, de maneira a facilitar a interoperabilidade com outras forças internacionais.

2.2. Aprontamento de forças

O aprontamento de forças é um processo longo e complexo, e o seu planeamento e execução está dependente de vários fatores. Para percebermos como funciona todo esse processo, importa apresentar os conceitos desta sub-temática.

Um aprontamento é, como o nome indica, um processo que torna uma força *pronta* para uma determinada tarefa ou missão.⁶⁴ Derivado do ambiente diversificado que temos na atualidade, assim como o facto de as forças e a sua organização serem adaptáveis para melhor satisfazer as necessidades da missão, o aprontamento difere e ajusta-se consoante vários fatores que determinam como será orientado o treino para a missão.

Ramalho (2009) especifica o conceito de aprontamento de Portugal, deixando claro como funciona e para que serve. Atualmente, a tipologia de missões é vasta, e requer uma preparação por parte das forças muito específica para garantir o seu cumprimento com o mínimo de imprevistos e consequências. Estes factos são devidos ao cenário global, regional, ou local da missão. Tudo é relevante e deve ser tido em consideração na definição da

⁶³ Segundo o glossário de termos e definições da OTAN, um escalão é “A military element whose structure is prescribed by a competent authority.” (OTAN, 2021, p. 134).

⁶⁴ Segundo o Anexo A (Definições e Conceitos Relacionados com a atividade operacional e aprontamento de forças) do Sistema de Aprontamento de Forças do Exército (SAFE), aprontamento é um “processo destinado a END, FND e FeP compondendo-se das ações de planeamento, coordenação e execução inerentes ao treino orientado para a missão e ao Apoio Administrativo-logístico necessário a esse treino e à edificação dos Elementos e das Forças. (...) Tem como potenciais executantes todos os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças que conduzem de forma planeada e sustentada Treino Operacional. O Aprontamento termina com a realização de um Exercício Final de Aprontamento para Certificação da Força.” (CFT, 2019, A-1).

tipologia da missão, pois, por consequência, o tipo de aprontamento vai ser obviamente diferenciado, dependendo da tipologia de missão, sendo que existe uma relação de proporcionalidade direta entre a missão e o aprontamento. O rigor deve ser uma constante neste processo, as observações dos fatores previstos para a missão devem ser rigorosas para orientar todo o aprontamento.⁶⁵ Em suma, o aprontamento da força deve contemplar certos requisitos que derivam “da natureza da missão, do TO, das forças em presença, do tipo de ameaças mais prováveis, do tempo disponível e dos constrangimentos de natureza política existentes.” Ramalho (2009).

Todas as informações relevantes para a missão são reunidas e divulgadas através de uma diretiva do Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), e, de seguida, no caso do Exército, pelo Estado-Maior do Exército (EME). Todas essas informações vão descendo de escalão e sendo filtradas para especificar qual o papel de cada subunidade, nomeadamente pelo Comando das Forças Terrestres (CFT) e posteriormente pela respetiva unidade organizadora do SF, nomeadamente uma das três Brigadas: Brigada de Reação Rápida (BrigRR), Brigada de Intervenção (BrigInt), e Brigada Mecanizada (BrigMec). É nesta base que se inicia o processo de aprontamento de forças do Exército Português.

2.2.1. Sistema de Aprontamento de Forças do Exército

Atualmente, Portugal utiliza como referencial de aprontamento de forças o *Sistema de Aprontamento de Forças do Exército* (SAFE). Este sistema engloba o aprontamento, a projeção e a retração de uma força para/de um TO, e serve numa fase inicial para garantir que a força possui os pré-requisitos necessários para a missão que vai desempenhar, tendo como objetivo promover a boa prática física, técnica e tática das forças a aprontar.

Sumariamente, o SAFE foca-se inicialmente na definição de quatro áreas fulcrais para o seu restante desenvolvimento⁶⁶: Corpo de conceitos estruturante; Cronograma genérico das principais tarefas para o aprontamento de forças; Conjunto de catálogos de treino nas áreas estruturantes de uma força tática terrestre – tiro, treino físico e tarefas táticas essenciais ao cumprimento da missão – articulado em Tarefa, Condições e Nível; e Conhecimento atualizado na área das informações em cada Teatro de Operações.

⁶⁵ De acordo com Ramalho (2009, p. 68) “O desenho do treino operacional da força é determinado pelo tempo disponível para o aprontamento, a natureza da missão, tipo de ameaças mais prováveis, características da Área de Operações e pela natureza das forças em presença.”

⁶⁶ Sistema de Aprontamento de Forças do Exército (SAFE), CFT (2019).

O corpo de conceitos estruturante do SAFE é um documento que reflete as definições doutrinárias dos conceitos, relevante para consulta, para que as forças estejam devidamente enquadradas em relação à terminologia. O cronograma é um documento que, de maneira genérica, mostra como está e deve ser organizado o horário de uma força que apronta, mostrando todos os acontecimentos, todos os *hard times* em todas as fases desde a elaboração da ordem de aprontamento até ao fim da missão. O cronograma serve como uma espécie de «horário» para as forças.⁶⁷ Em relação aos catálogos de treino, estão divididos entre treino de tiro, treino físico, e treino orientado para a missão; cada catálogo tem especificações de maneira a orientar o comando da força acerca do fator «tarefa, condição e nível» requerido.⁶⁸ Os militares são acompanhados individualmente para garantir o cumprimento das tarefas de treino, e a força é acompanhada como um todo pela Unidade Organizadora e pelo CFT, enviando para estas entidades os Relatórios de Aprontamento (diários, semanais ou mensais), que são essencialmente documentos de verificação de tarefas⁶⁹. Por fim, a quarta área, as informações. Este é um vetor de acrescida importância, nem sempre devidamente valorizado pelos militares. Mas resumidamente, o SAFE prevê o treino na área de informações dividida em três fases⁷⁰; primeira fase: garantir a transmissão da informação necessária à missão da FND de forma gradual e sistemática; a disponibilização de informação sobre o TO; e a preparação da célula de informações da FND. Segunda fase: recolher informação crítica em TO que auxilie a preparação da FND em aprontamento e que permita, em tempo útil, adequar os materiais e equipamentos atribuídos à FND no que concerne à ameaça. Terceira fase: garantir a recolha dos contributos e da experiência da FND na área das informações, complementar a informação recolhida durante a projeção e recolher as lições identificadas através da realização de um *debriefing* pela FND.

Para além destes quatro pontos principais, no SAFE estão também previstas alterações, na medida em que, se forem necessários meios extraordinários, treinos extraordinários ou outros refinamentos que o comando da força considere necessário, tudo pode ser requerido, desde que esteja devidamente fundamentado. Isto permite que o SAFE seja um sistema flexível, e adapta-se consoante as situações e a missão, como já vimos,

⁶⁷ Consultar Anexo C para ver cronograma.

⁶⁸ Segundo o SAFE “Cada uma das áreas estruturantes tem um catálogo próprio composto, genericamente, por fichas tarefa, as quais são organizadas obedecendo a uma estrutura de: Tarefa; Condições/Nível; Outras considerações; e Normas de Segurança. Por esta razão o SAFE é orientador para o Comando e EM das FND “ (CFT, 2019, p. 4).

⁶⁹ Sistema de Aprontamento de Forças do Exército (SAFE), CFT (2019).

⁷⁰ Sistema de Aprontamento de Forças do Exército (SAFE), CFT (2019).

estando muito dependente de relatórios de fim de missão, de maneira a estar constantemente a ser refinado para melhor orientar as futuras forças a serem projetadas.

2.2.1.1. Primeira fase: Aprontamento Administrativo-logístico

É aqui que começa o aprontamento propriamente dito, no Aprontamento Administrativo-logístico. Nesta fase, são realizadas diversas tarefas essenciais para todo o aprontamento, e por consequência, para a missão. No que diz respeito à Unidade Organizadora do aprontamento, esta deve criar ou preparar as infraestruturas para receber e preparar a força para a missão; é também aqui que os militares integrantes da força se concentram na Unidade Mobilizadora; mas essencialmente, nesta fase são postos em marcha todos os processos individuais de cada militar na componente administrativo-logística, tais como a obtenção dos passaportes especiais, credenciações de segurança, aprontamento sanitário e aprontamento psicológico, artigos de fardamento e equipamento, bem como a organização e estruturação inicial dos programas de treino físico e militar, e as ferramentas de controlo dessas atividades de treino. Além disso, é também revista parte dos meios disponíveis para a missão, no que toca por exemplo a munições e outros materiais críticos.⁷¹ Ramalho (2009) mostra-nos que esta fase é flexível, e apesar de ser a primeira, todos os processos nela iniciados podem ser morosos, de maneira que, para não serem descurados esses procedimentos, eles podem prolongar-se durante as fases seguintes.

2.2.1.2. Segunda fase: Treino Orientado para a Missão

Tal como o nome indica, esta segunda fase é mais específica, e, embora contemple os referenciais do Exército, está dependente da missão em si. Ou seja, de certa forma, esta fase é flexível consoante o que se pretende que ela garanta. Existem objetivos de treino a atingir na preparação de uma força que não podem divergir muito do geral. Todas as forças têm de estar bem preparadas fisicamente, estarem prontas a fazer todo o tipo de tiro com eficácia, assim como o treino militar, que é talvez o cerne de toda esta fase, e o que deve ser mais flexível, variando consoante as exigências das operações ou tarefas táticas que serão realizadas no teatro.

⁷¹ De acordo com Ramalho (2009, p. 69) “Durante a fase de planeamento inicial e aprontamento, a par de toda a atividade de treino operacional, é elaborada a documentação de suporte para todas as fases da missão, incluindo a relativa ao plano de treino, planos de operações, orgânica de pessoal e material, dotação de munições, plano de sustentação, plano de projeção / retração, etc”.

Sumariamente, é nesta fase que os militares adquirem todo o conhecimento e preparação para estarem prontos para a missão. E com «conhecimento e preparação», é na medida em que recebem as formações e treinos específicos, que são diretamente proporcionais, dependendo do cenário em que se inserem, do grau de risco envolvido, e mesmo da especificidade do teatro de operações.⁷² As diversas atividades decorrentes desta fase encontram-se previstas no Cronograma de Aprontamento.⁷³ No final desta fase, existe uma parte que determina se a força está pronta ou não para a missão: O Exercício CREVAL (*Combat Readiness Evaluation*).

2.2.1.2.1. CREVAL

O exercício CREVAL está contido no aprontamento de uma força portuguesa do Exército, e é considerado um dos pontos fulcrais do mesmo, sendo que, independentemente do tempo disponível para o aprontamento, a força não pode ser projetada sem ter realizada esta avaliação e ser dada como pronta para a missão, e consequentemente certificada pelo General Chefe de Estado-Maior do Exército. Este exercício é proposto pela OTAN, sendo realizado por todos os países que aprontam forças para missões no âmbito da Aliança.⁷⁴ De maneira geral, este processo consiste numa inspeção. A Inspeção Geral do Exército (IGE), designa uma equipa de avaliação/inspeção para, neste exercício, avaliar o estado de aprontamento da força.

Para explicar de forma prática como funciona este processo, vamos basear-nos na estrutura da CREVAL usada para a 4.^a FND CATMec/ROU, que contém todos os procedimentos que devem estar previstos numa CREVAL, desprezando as componentes mais específicas que têm a ver com a missão em si. Como já referido, o objetivo da CREVAL é avaliar, inspecionar uma força. Para isso a equipa de inspetores definida faz uma observação da parte administrativo-logística da força, dos seus recursos disponíveis e dos procedimentos técnicos e táticos que realizam. Além disso, devem relatar à força as ocorrências detetadas, e por consequência, devem também propor soluções ou melhorias que

⁷² “No treino orientado para a missão, decorrem muitas outras atividades relevantes para o cumprimento da missão, tais como a instrução individual e coletiva (cursos, estágios e outras atividades de formação), aprontamento sanitário e administrativo, reconhecimentos ao TO, elaboração de planos e estudos de natureza operacional, briefings, avaliação e certificação da força, testes linguísticos, troca de informações com o TO, etc.”. (Ramalho, 2009, p. 69).

⁷³ Consultar Anexo C.

⁷⁴ “The term Combat Readiness Evaluation of Land Headquarters and Units (CREVAL) denotes the validation and assessment of combat readiness of earmarked land force units declared for conducting allied operations under the NATO’s Allied Command Operations. The CREVAL consists of two phases, an in-barracks phase and an in-field inspection.” (OTAN, 2020^B).

permitam eliminar essas ocorrências.⁷⁵ A equipa de inspeção é composta por um chefe de equipa, e posteriormente, uma série de inspetores, responsáveis pela avaliação de cada área específica da CREVAL. Existem as seguintes cinco áreas a serem inspecionadas durante o exercício: “AREA A – PREPARATION”, “AREA B – OPERATIONS”, “AREA C – SUPPORT”, “AREA D – CIS”, e “AREA E – ADMINISTRATION”; e dentro de cada área, estão previstos uma série de itens⁷⁶ que devem ser avaliados pelos inspetores, com base nos referenciais e critérios de avaliação da OTAN.^{77 78}

A CREVAL está também dividida em três fases. A primeira fase é feita em quartelamento, onde basicamente é dado o *briefing* da Equipa de Inspeção, e onde estes avaliam a parte documental do aprontamento, ou seja, os programas de treino, se foram cumpridos até à data, e basicamente tudo que tenha a ver com o aprontamento administrativo-logístico que a força tenha feito até à data. A segunda fase consiste na avaliação da força no campo, ou seja, na componente técnico-tática, avaliar as capacidades da força e registar lacunas nos seus procedimentos táticos no terreno, de acordo com as características da missão e consoante o treino que foram desenvolvendo durante o resto do aprontamento. A terceira fase, é o *debriefing*, ou seja, a Equipa de Inspeção relata as lacunas identificadas sobre a força ao seu Comandante, dá a avaliação final e propõe melhorias.⁷⁹

Como podemos ver, há uma vastidão de assuntos que têm de ser avaliados. Este conceito mostra o quão importante é uma força estar preparada para uma missão, sendo que uma fraca avaliação em algum destes itens poderá ser comprometedora no teatro de operações. Assim, a avaliação da CREVAL detém uma exigência alta, o que posteriormente possibilita o êxito nas missões, e limita o número de ocorrências, o que traduz um ponto positivo.

2.2.1.3. Terceira fase: Preparação da Projeção

Esta fase marca o fim do aprontamento de uma força, onde são realizadas algumas tarefas finais de confirmação de conceitos, carregamento de material e de pessoal. São

⁷⁵ (IGE, 2023, p.2).

⁷⁶ (IGE, 2023, pp. 6-7).

⁷⁷ Para saber em concreto os critérios a utilizar em cada item de cada área teríamos de consultar o documento da OTAN onde estão previstos esses critérios: o *NATO ACO Forces Standards, Vol. VII, Combat Readiness Evaluation of Land HQs and Units (CREVAL)*.

⁷⁸ Importante referir que a IGE, para a avaliação das FND CAAtMec/ROU, não utilizou a versão mais recente da publicação da OTAN sobre os *ACO Force Standards*. Para esta investigação, faz mais sentido apresentar neste capítulo, as áreas de avaliação que foram utilizadas pela IGE, que, apesar de não serem da versão mais atualizada, foram as áreas que vigoraram durante a avaliação da força em estudo.

⁷⁹ (IGE, 2023, p.3).

verificadas as listagens de todo o equipamento que será transportado para o teatro de operações. São ainda realizados *debriefings* para lembrar os principais objetivos da missão, entre outros assuntos, e é efetuado o relatório de fim de aprontamento, a ser entregue à IGE. Após estas atividades, a força é projetada para o TO por levás ou como um todo.

2.3. Modelo de Análise

Os estudos qualitativos caracterizam-se pela abrangência de conceitos a explorar, na medida em que, o investigador analisa diversas questões durante o seu estudo, documentação, entrevistas, discursos, e tudo que possa ser literariamente relevante para a investigação.⁸⁰ Isto parece constituir uma pequena problemática: a amostra tende a ficar demasiado genérica, o que daria a entender ao investigador que deve formular hipóteses de estudo. Esta ideia não é correta, sendo completamente possível realizar um estudo qualitativo sem a formulação de hipóteses. (Guerra, 2006)

Deve perceber-se como se deve, em concreto, organizar o estudo. O estudo qualitativo é, na prática, uma análise de dados qualitativos, e deve ser construído todo o processo de como serão analisados esses dados, e a isso iremos chamar Modelo de Análise. O que fazemos neste estudo é simples e conciso: recolher informação, sintetizá-la, organizá-la, e tirar conclusões acerca disso. Para percebermos como fazemos o raciocínio apoio-me no Modelo interativo de Análise de Dados:

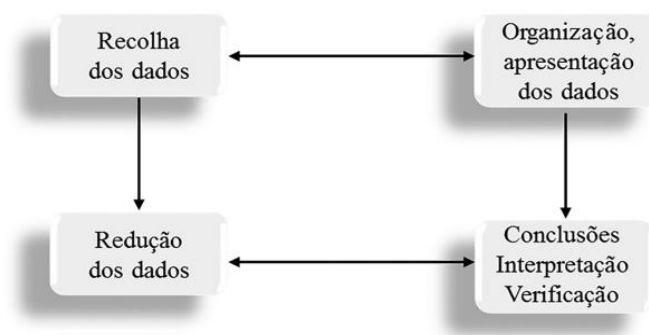


Figura 2: Componentes de um modelo interativo de análise de dados

Fonte: Albarello et al. (1997, p. 124)

Logicamente, como podemos ver através da figura 3, não existe uma fase inicial ou final, na medida em que estamos sempre a recolher dados, a organizá-los, a sintetizá-los e a

⁸⁰ Segundo o IUM (2019, p. 113) “A estratégia de investigação qualitativa por força da sua abrangência permite que o investigador analise entrevistas, discursos e até o próprio texto literário, tudo é suscetível de ser analisado.”

interpretá-los. É um processo sem uma ordem específica, o que o torna bastante dinâmico e flexível à aquisição de novas informações, (Albarello *et al*, 1997).

Tendo em conta que a análise documental não é suficiente para sustentar um estudo qualitativo, um dos meios mais utilizados para a sustentação do estudo são as Entrevistas. Assim, para fazer a análise do conteúdo guiamo-nos pelas seguintes etapas:



Figura 3: Etapas do processo de análise de conteúdo
Fonte: Guerra (2006, pp. 69-86).

De acordo com Guerra (2006), as etapas são descritas da seguinte forma: Na primeira etapa é realizada a transcrição da entrevista. A segunda etapa é a leitura da entrevista. O que nos leva à terceira etapa, onde é feita uma síntese da entrevista para facilitar também a análise do conteúdo, (Guerra, 2006). Existem atualmente diversas aplicações informáticas que auxiliam este processo; a que utilizaremos é a aplicação NVivo, explicada de seguida. A quarta etapa é onde é feita «primeira análise»; onde se assumiu uma Análise Categorical ou por categorias, (IUM, 2019). Utilizando a aplicação NVivo, através da criação de categorias e subcategorias consegue-se «compartimentalizar» as informações recolhidas e ao mesmo tempo tirar conclusões acerca dessas mesmas categorias, o que por sua vez, irá permitir tirar conclusões sobre as perguntas das entrevistas. Para fazer essa análise, foi elaborado um Mapa de Categorias para me auxiliar na seleção de informação.⁸¹

Por fim, a Quinta etapa onde o investigador deve “relacionar processos históricos globais com as individualidades históricas e interrogar-se sobre a génese daqueles fenómenos à luz das perguntas que formulou face ao seu objeto de estudo.” (IUM, 2019, p. 124). Para uma compreensão mais estruturada e simplificada deste subcapítulo elaborou-se um quadro de Modelo de Análise.⁸²

⁸¹ Consultar Apêndice B.

⁸² Consultar Apêndice C.

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1. Opções metodológicas

O Objetivo Geral desta investigação é “*Analisar a adequabilidade do conceito de emprego das UEC nacionais no âmbito da eVA da Aliança Atlântica*”. Ou seja, pretende-se fazer uma análise das componentes organizacionais e de emprego de UEC portuguesas neste contexto e cenário, de acordo com a doutrina existente, e tirar conclusões acerca do assunto. Para atingir o Objetivo Geral, facilitando a tarefa, auxiliamos a investigação com a formulação de Objetivos Específicos:

- OE 1 - Examinar o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA;
- OE 2 - Examinar as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA.
- OE 3 - Analisar a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA;
- OE 4 - Analisar o processo de aprontamento das UEC na eVA.

No que diz respeito à filosofia de investigação, enveredou-se por um posicionamento Epistemológico (IUM, 2019), e por consequência, optou-se por uma abordagem Interpretativista (IUM, 2019), pelo facto de a investigação tratar componentes sociais, sendo que é através da análise dessas componentes que é possível compreender o processo que se está a investigar.

Seguiu-se uma estratégia qualitativa (Glasser & Strauss, 1999). Isto deve-se ao facto de o estudo da CAAtMecR corresponder a um fenómeno empírico e social, sendo que os dados recolhidos refletem um determinado acontecimento, neste caso, a conceção e emprego de capacidades militares. Isto significa que, esta tipologia de investigação, só pode ser estudada através do uso de dados qualitativos, e, por conseguinte, com recurso a técnicas de recolha de dados qualitativas, pois os dados e técnicas quantitativas não permitiriam chegar a nenhuma conclusão. A abordagem encaixa na investigação exatamente devido à subjetividade e diversidade de conceitos que ela envolve, abrindo a possibilidade de utilização de várias técnicas de investigação (IUM, 2019). Assim, de forma a tentar mitigar as eventuais lacunas que a abordagem qualitativa possa apresentar, tentando tornar os resultados mais precisos, o mais adequado será seguir um método Indutivo (Rosado, 2017), ou seja, partindo do particular para o geral. Isto deve-se ao facto de estarmos a estudar a CAAtMecR, e pretende-se que os resultados obtidos desta investigação sejam extrapolados

para outras forças projetadas por Portugal para operações neste tipo de cenário, e nomeadamente para a Roménia.

Relativamente ao desenho de investigação utilizado, o Caso de Estudo, é fulcral para um estudo qualitativo. Nesta investigação o Caso de estudo é sobre a FND CAAtMec/ROU, e foi escolhido devido ao facto de ser uma unidade particular de escalão companhia, que está inserida num teatro onde prevalece a Dissuasão e Defesa. Ou seja, faz todo o sentido ser este o caso escolhido para «representar» o trabalho, na medida em que apresenta como um todo, bastantes semelhanças com a tipologia de unidades que pretendemos estudar. Após a escolha do desenho de investigação, a FND é estudada nas fases que percorre, desde a sua criação, passando pelo seu aprontamento e projeção, até às suas tarefas desempenhadas em missão.

3.2. Método

No que diz respeito ao percurso de investigação, foram recolhidos dados, usando variadas técnicas de recolha de dados; esses dados foram analisados e comparados, e a partir daí foram discutidos e conclusões foram extrapoladas para permitir fazer a generalização em relação a outras forças com as mesmas características que a CAAtMec, para o mesmo tipo de emprego, para o mesmo cenário. Tendo em conta que os dados recolhidos são essenciais para uma análise do caso de estudo, utilizaram-se várias técnicas de recolha. Procedeu-se à execução de «Triangulação de dados», utilizando três técnicas: Análise Documental, Observação Direta, e Entrevistas.

3.2.1. Análise documental

A análise documental é uma forma essencial de recolha de informação em qualquer investigação. A presente investigação é demasiado vasta historicamente e conceptualmente, de maneira que é necessário ter acesso a documentação relevante sobre o objeto de estudo, (Quivy e Campenhoudt, 2008). Foram recolhidos diversos dados documentais, na forma de artigos, publicações, doutrinas, livros, etc., relacionados tanto com a conceção e emprego de forças, como com a FND CAAtMec/ROU. Dessa documentação, são de relevar o *Conceito Estratégico de Defesa Nacional* (2013), o *Conceito Estratégico Militar* (2014), várias Diretivas Operacionais, um conjunto de Programas de Aprontamento, e diversas publicações doutrinárias OTAN, com ênfase no *Conceito Estratégico da OTAN* (2022).

3.2.2. Observação Direta

A observação é um outro auxiliar durante uma investigação, pois permite ao investigador adquirir informação ou produzi-la através de indicadores (Sapsford, 2006). Neste caso, foi realizado trabalho de campo, com a permanência de aproximadamente um mês no Regimento de Infantaria n.º 14, em Viseu, unidade na dependência hierárquica da BrigInt, Unidade Organizadora da 5.ª FND CAAtMec/ROU até Maio de 2024, onde, além de recolha documental, pudemos executar uma observação direta (Quivy e Campenhoudt, 2008) da força que estava a aprontar para a missão na Roménia, nomeadamente com a nossa participação num exercício de treino para a missão como veremos mais à frente. A observação direta é um aspeto diferenciador neste estudo porque foi uma técnica que permitiu corroborar aspetos já recolhidos na análise documental.

3.2.3. Entrevistas

Foram realizadas entrevistas (Davies, 2006). Na fase exploratória da investigação, foram realizadas conversas informais com entidades relevantes e com conhecimento sobre o caso de estudo, bem como algumas entrevistas exploratórias que ajudaram, inicialmente a orientar a investigação; no entanto não foram o suficiente para conseguir retirar conclusões que respondessem às questões de investigação. Optou-se por realizar entrevistas semiestruturadas por serem bastante flexíveis e permitirem o fácil registo das respostas do entrevistado, dando a oportunidade de estes desenvolverem o tema, sem divagar. De acordo com o IUM (2019, p. 85), estas entrevistas possuem algumas características que favorecem o seu uso, tais como o facto de o entrevistador possuir um referencial de perguntas-guia abertas, as mesmas serem colocadas consoante o teor da conversa e da oportunidade e o discurso do entrevistado ser livre e natural; além disso, o entrevistador encaminha o entrevistado para os objetivos da entrevista. Os entrevistados foram entidades que estiveram direta, ou indiretamente, ligados ao processo de conceção, aprontamento, ou emprego da FND CAAtMec/ROU, não revelando as suas identidades, mas apenas as suas respostas, dentro da população de entidades que estão dentro do tema, a amostra é de seis entrevistados, de maneira a conseguir atingir a saturação teórica⁸³, acrescentando mais validade à investigação. Por fim encontra-se o Consentimento informado e o Guião da entrevista no Apêndice D.

⁸³ Embora diversos autores não considerem que exista empiricamente um «ponto de saturação teórico», nem ele possa ser determinado, existem, contudo, vários estudos que se debruçam sobre o assunto. De acordo com o estudo de Thiry-Cherques (2009), um possível ponto de saturação teórica em média é atingido entre as 6 e as 12 entrevistas.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

4.1. Resultados da Análise Documental

Nesta fase do relatório de investigação iremos abordar os resultados da análise do Caso de estudo: a FND CAtMec/ROU. Como já vimos, a OTAN respondeu o mais rapidamente possível à invasão da Ucrânia pela Rússia. Portugal, pertencendo à Aliança, acompanhou essa resposta e foi então definido um CN;⁸⁴ contributo de Portugal para as eVA. Efetivamente nem Portugal nem a Europa estavam preparados para agir no instante dos acontecimentos, apesar de terem sido tomadas ações para agilizar o processo. Precisamos de compreender que apesar dos indicadores, foram acontecimentos muito repentinos, o que levou as nações aliadas a adaptar-se o mais rapidamente possível no que diz respeito à preparação e projeção de forças para o flanco leste. Assim, Portugal formou então o CN com a seguinte constituição⁸⁵:

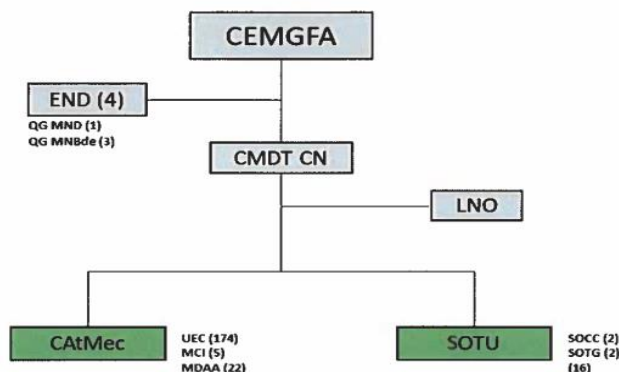


Figura 4: Organização do Contingente Nacional
Fonte: EMGFA (2022, p. B-1)

Além disso, ficou estabelecido, como já vimos anteriormente, que as FND deste CN estariam inseridas nas forças multinacionais da OTAN, em colaboração com outras forças

⁸⁴ “Um Comandante de CN e um Oficial de Ligação (LNO) no LCC ROU (funções acumuláveis), uma CAtMec com uma Unidade Escalão Companhia (UEC) do Exército, reforçada com um Módulo Conjunto de Informações (MCI) e com um Módulo de Defesa Antiaérea (AA), com um efetivo de até 242 (duzentos e quarenta e dois) militares, por um período de até 12 (doze) meses, com rotações semestrais e/ou anuais.” (EMGFA, 2022, p. C-1)

⁸⁵ De referir que a distribuição das END entretanto foi alterada para a seguinte forma: QG MNC-SE (01); QG MND-SE (01); QG MNB-SE (02).

Esta parte da investigação irá ser dividida por FND, com incidência na 1.^a, e focando também as diferenças que resultaram nas seguintes, pois entre a 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a FND não foram introduzidas alterações significativas. A 1.^a FND foi projetada para a Roménia com a seguinte missão: “A 1FND ROU22, conduz atividades e tarefas com o objetivo de reforçar a presença de Forças OTAN, de 15ABR22 a 27OUT22, no TO da ROU, a fim de contribuir para a dissuasão e defesa em território Romeno.” (Louro, 2023). Esta é a missão primordial de todas as FND deste caso de estudo. Iremos, de seguida, analisar as diferenças entre elas.

Em primeiro lugar, devemos constatar que a maior problemática da 1.^a FND foi, indubitavelmente, o reduzido tempo de preparação. A força tinha de ser gerada, concentrada, aprontada e projetada no menor tempo possível. Segundo Louro (2023), e de acordo com documentos de registos de observação, são raros os exemplos da documentação existente relevante para esta investigação, sobre a 1.^a FND. Devido ao tempo disponível, a força não conseguiu cumprir na íntegra o seu programa de aprontamento, focando-se nas partes mais críticas do mesmo. De acordo com Louro (2023), o aprontamento durou de 07MAR22 até 07ABR22, o que dá apenas um mês para a execução de inúmeras tarefas. A 1.^a FND focou então o seu aprontamento na parte do aprontamento psicológico e sanitário, credenciações, cursos de Chefes de Viatura tanto de Viaturas Blindadas de Rodas (VBR) 8x8 PANDUR como VAMTAC e carta de condução C+E; além disso, focou-se na concentração e listagem de material para ser posteriormente projetado e por fim a execução da CREVAL, uma das partes indispensáveis do aprontamento de modo a certificar a força como pronta para a missão.

De maneira geral, segundo a documentação existente, nomeadamente as ordens de aprontamento da 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a FND⁸⁶, estas tiveram um aprontamento normal, de acordo com o SAFE. Diferiram da 1.^a FND, como já vimos, pelo tempo disponível para execução do aprontamento, na medida em que cumpriram todas as fases contidas no seu cronograma de aprontamento.⁸⁷ Em termos de alterações estruturais da força, (da 1.^a FND para as seguintes) foi criado então o Estado-Maior (EM) da força⁸⁸, e uma normal oscilação do total de militares, para cerca de 208 militares para a 2.^a FND, 211 militares para a 3.^a FND, e

⁸⁶ As ordens de aprontamento de cada FND são documentos reservados, mas muito parecidos entre si, pois nem o cenário, nem a organização da força se alterou, de maneira que só serão referenciados excertos, se necessário, considerando a informação contida nesses documentos é similar.

⁸⁷ Consultar Anexo D para ver o cronograma de aprontamento de uma FND CAtMec/ROU, nomeadamente, da 5.^a FND, apesar de, da 2.^a à 5.^a FND, serem todos similares.

⁸⁸ De acordo com as recomendações de Louro (2022), devia ser criado um EM constituído pelos seguintes elementos: S1 - Graduado responsável pela área de Pessoal; S2 - Graduado responsável pela área das Informações; S3 - Graduado responsável pela área de Treino e Operações; S4 - Graduado responsável pela área da Logística.

posteriormente para 200 militares nas 4.^a e 5.^a FND, tendo sido retirados militares sobretudo aos pelotões de atiradores.⁸⁹

Por fim, no que diz respeito à missão propriamente dita, em termos documentais, não existe muita informação, derivado sobretudo da classificação de segurança atribuída à documentação. No entanto, é do conhecimento geral que os principais objetivos para a FND CAtMec/ROU são os seguintes: Participar em ações de treino e exercícios combinados com as forças armadas da Roménia e outros países aliados; Reforçar posições defensivas; Conquistar e manter a posse de terreno importante; Efetuar tarefas táticas e procedimentos com viaturas blindadas com proteção contra engenhos explosivos.⁹⁰ (BrigInt, 2022).

4.2. Resultados da Observação Direta

Durante o aprontamento da 5.^a FND CAtMec/ROU, o autor teve a oportunidade de efetuar trabalho de campo junto da força, aquartelada na Unidade Mobilizadora - Regimento de Infantaria N.º 14, em Viseu, durante um mês, no período de 28FEV24 a 22MAR24, de forma a poder observar diretamente o processo de aprontamento da força. Neste período o autor acompanhou o EM da força, observando também a interoperabilidade entre as subunidades. Além disso, teve a oportunidade de participar num exercício tático - Exercício CARPHATHUS START⁹¹, que decorreu entre 04MAR24 e 08MAR24, em Viseu. Este exercício constituiu uma preparação para o exercício de certificação da força (CREVAL), que se viria a realizar nas semanas subsequentes. Assim, estando enquadrado na fase II do aprontamento - Treino Orientado para a Missão, este exercício focou-se em desenvolver procedimentos de operações de carácter defensivo, bem como ações de passagem para linhas amigas. Foi observado também o modo como é conjugada a Companhia de Atiradores com os outros módulos que constituem a FND, e quais são as suas funções específicas. Desse exercício destacou-se o módulo GEOMETOC, que fez o mapeamento da região com recurso a aeronaves não tripuladas (Drones), o que facilitou posteriormente o planeamento das posições defensivas da companhia. Foi também observado a fluidez da execução de tarefas; isto deve-se ao facto de os módulos estarem sob o comando direto do Comandante de FND,

⁸⁹ Informações retiradas das seguintes fontes: (CFT, 2022^A, p. B-8); (CFT, 2022^B, p. B-8); (BrigInt, 2023^A, p. C-17); (BrigInt, 2023^B, p. C-12).

⁹⁰ De acordo com as Diretivas Operacionais/Ordens de Aprontamento para todas as FND CAtMec/ROU, “as forças devem estar preparadas para realizar atividades e tarefas com o objetivo de reforçar a presença de forças, contribuindo para a dissuasão e defesa em território da Roménia, no âmbito da OTAN e dos acordos bilaterais”.

⁹¹ Consultar Anexo D.

permitindo ao Comandante da Companhia de Atiradores focar-se mais nos seus pelotões de atiradores.

4.3. Resultados das Entrevistas

Neste subcapítulo são apresentados os resultados das entrevistas, as quais foram realizadas a seis entidades militares relacionadas com o processo de edificação, com o aprontamento, ou com a projeção da força, bem como na missão propriamente dita em território Romeno. Serão referenciados apenas como: Entrevistado 1 (E1), Entrevistado 2 (E2), Entrevistado 3 (E3), Entrevistado 4 (E4), Entrevistado 5 (E5) e Entrevistado 6 (E6). Da análise de conteúdo executada na aplicação NVivo resultaram 7 categorias subdivididas por 12 subcategorias⁹² relacionadas com as questões da entrevista.

- **Categoria A: Contributos**

No que diz respeito à força multinacional da OTAN onde a FND está inserida, esta categoria pretende aferir de que forma os inquiridos determinam que é feita a contribuição de Portugal para a essa força.

Subcategoria: Dissuasão e *enhanced Vigilance Activity*

“(…) a contribuição de Portugal revela-se por ser um dos elementos da OTAN que é um meio dissuasor, através de uma força, neste caso, nacional, para que a Rússia não entre em território OTAN.” (E1); “(…) esta força foi edificada para ser projetada, desempenhar tarefas e marcar a presença na Roménia, e também servir como efeito dissuasor.” (E6).

Quadro 1: Quadro Síntese das respostas à pergunta 1 da parte I

Pergunta 1: Qual é em concreto a contribuição de Portugal para a força multinacional?			
Parte I: Características da missão	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
	E1	Por ser um país da NATO, Portugal deveria enviar rapidamente uma força para a Roménia como meio de dissuasão, de forma a evitar que a Rússia invadisse também a Roménia que seria projetada no espaço de um mês. Atualmente, a contribuição de Portugal mantém-se, sendo um dos elementos da NATO que atua como meio dissuasor, para que a Rússia não entre em território da aliança durante a conquista da Ucrânia.	A: Contributos/Dissuasão e enhanced Vigilance

⁹² Consultar Apêndice B.

E2	A documentação enquadrante iniciou-se com a Diretiva N.º126/CEME/22 – Participação de Forças e Elementos Nacionais Destacados do Exército na Roménia, de 26MAI22. Portugal contribui com 200 militares no âmbito da <i>enhanced Vigilance Activity</i> ."
E3	Portugal contribui com uma UEC, e tem várias capacidades militares para além da força em si. Contribui com um conjunto de militares que reforçam os estados-maiores não só da brigada, mas da divisão e também do corpo do exército.
E4	O contributo é uma FND em que o nome, apesar de ser CAAtMec, envolve outros módulos. Passando por uma companhia de atiradores a 3 pelotões, uma secção canhão, um módulo de defesa antiaéreo e também um módulo conjunto de informações. O resto da FND é o comando do Estado-Maior destacamento de apoio e ainda um módulo de apoio geográfico e meteorológico.
E5	Portugal, como membro da OTAN, reafirmou o seu forte compromisso com esta organização e reiterou o seu empenho nos esforços internacionais para a manutenção da paz com a projeção de uma Unidade de Escalão Companhia para a Roménia, para integrar as estruturas de forças da OTAN nesta região, inserido na eVA.
E6	A nossa contribuição envolveu uma companhia de atiradores mecanizada e defesa antiaérea. Foi necessário construir o apoio administrativo e logístico para a força. Com o tempo, a força foi aumentada com um módulo de informações do EMGFA e GEOMETOC.

Fonte: Elaborado pelo autor

- **Categoria B: Capacidades**

Aqui os entrevistados foram convidados a refletir, em termos operacionais, quais é que são, *a priori*, as capacidades que a FND deve conter, ou seja, após o aprontamento, o que é que a força deve estar preparada para executar.

Subcategoria: Exercícios

“(...) a base partiu de uma companhia mecanizada de rodas, tendo de garantir a sua sustentabilidade, como também ter todos os seus princípios necessários para que se defenda o território, tendo também capacidade para poder efetuar contra-ataques, de maneira a

garantir qualquer território que possa ser conquistado na Roménia por parte da Rússia.”

(E1);

Quadro 2: Quadro Síntese das respostas à pergunta 2 da parte I

Pergunta 2: Dentro da FND, quais são as capacidades que a CAtMec deve satisfazer?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte I: Características da missão	E1	A força foi criada como uma companhia mecanizada independente, capaz de garantir a sua sustentabilidade logística e financeira e defender o território romeno por 72 horas sem apoio externo. Foi dimensionada para realizar contra-ataques em coordenação com outras forças internacionais, visando garantir a posse do território.	B: Capacidades/Exercícios
	E2	Devem estar preparadas para realizar atividades e tarefas com o objetivo de reforçar a presença de forças, contribuindo para a dissuasão e defesa em território da Roménia, no âmbito da OTAN e dos acordos bilaterais.	
	E3	A FND consiste essencialmente em três elementos distintos: a CAtMec, o módulo de defesa antiaéreo e o módulo conjunto de informações. Essas capacidades estão presentes no teatro de operações, embora possam ser ajustadas no futuro, como com a substituição do módulo de defesa antiaéreo por outras capacidades.	
	E4	A força opera sob o comando do CEMGFA e da OTAN, participando em exercícios para dissuasão e defesa. Treina com forças romenas e aliadas em várias operações, focando-se em reforçar posições defensivas e manter informações atualizadas sobre a situação operacional.	
	E5	A CAtMec, poderá reforçar posições defensivas, conquistar e manter a posse de terreno chave, efetuar tarefas táticas em viaturas blindadas com proteção contra engenhos explosivos improvisados, em território dentro das fronteiras dos países da Aliança.	
	E6	A força, a nível de capacidades estava preparada e, isso era importante, visto que ela depois iria ser integrada numa força Multinacional, portanto, a nível das capacidades de segurança, das comunicações, da tipologia, de viaturas, dos equipamentos individuais, a força deveria corresponder a tudo isso.	

Fonte: Elaborado pelo autor

- **Categoria C: Tarefas**

Em relação às tarefas, os entrevistados foram questionados sobre que tipo de tarefas são realizadas em missão, enquanto a força está projetada, e dentro dessas tarefas, falando mais especificamente do seu cariz, pretendendo avaliar o que é que a FND está a fazer em concreto no TO.

Subcategoria: Treino

“(...) As forças executam operações do artigo quinto, ofensivas, defensivas, num conjunto de ambientes diversificado, desde o combate tradicional, em áreas abertas, floresta, transposição de obstáculos, sejam eles lineares ou não, áreas urbanas, etc. (...)”

(E3)

Quadro 3: Quadro Síntese das respostas à pergunta 3 da parte I

Pergunta 3: Que tipo de tarefas são realizadas durante a missão?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte I: Características da missão	E1	Durante a missão, a prioridade está sempre em executar todas as tarefas táticas. São alinhados exercícios com forças internacionais, e tenta-se fazer exercícios de defensiva, ofensiva, e operações de apoio à paz. As tarefas são essencialmente de treino e têm a ver também com a tipologia de cada um dos módulos que a companhia tem.	C: Tarefas/Treino
	E2	Participar em ações de treino e em exercícios combinados com as Forças Armadas da Roménia e outros países aliados. Participar em cerimónias e dias festivos. Participar em atividades desportivas com as Forças Armadas da Roménia e outros países aliados.	
	E3	A força no TO desenvolve treinos para manter as suas capacidades, sejam elas a interoperabilidade, capacidade de integração com outras forças; e desenvolver outras capacidades que possam não estar tão bem desenvolvidas. Executa tarefas de manutenção, operações do artigo quinto, ofensiva, defensiva, em áreas abertas, floresta, transposição de obstáculos, etc.	
	E4	Existe um horário de treino que é desenhado pela força e orientado pelos vários exercícios, pelo planeamento operacional que está desenhado até ao final da missão. Orienta-se o treino da companhia sempre neste sentido, para se adequar o máximo possível ao que vai ser o próximo exercício com forças internacionais.	

	E5	Durante a missão a Força realiza atividades e tarefas com o objetivo de reforçar a presença de forças na região, nomeadamente através da participação em ações de treino e em exercícios combinados com as Forças Armadas da Roménia e de outros Países Aliados.	
	E6	A força participa numa série de exercícios e continua o seu treino na Roménia, com outras forças. Das atividades realizadas lá, faz treinos desde combate em áreas urbanas, trincheiras, em ambiente de montanha e invernal.	

Fonte: Elaborado pelo autor

- **Categoria D: Organização**

Esta categoria pode ser considerada um dos pilares do estudo, sendo que muito do que é discutido neste trabalho gira em torno do aspeto organizacional. Aqui os entrevistados foram questionados acerca da forma como a FND está organizada, dando espaço para extrapolar para opiniões da adequabilidade dessa organização.

Subcategoria: Base

“A base contém a Secção de Comando e Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas” (E5).

Subcategoria: Módulos

“Módulo de Defesa Antiaérea; Módulo Conjunto de Informações; Módulo de Apoio Geográfico e Meteorológico; Destacamento de Apoio.” (E5).

Quadro 4: Quadro Síntese das respostas à pergunta 1 da parte II

Pergunta 1: Qual a constituição/organização da FND CAtMec/ROU?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	A base é a companhia de atiradores. Para garantir a sustentabilidade, foi criado um módulo de apoio, constituído por módulo de transmissões, manutenção, transportes e alimentação. Depois criou se 3 módulos para o teatro de operações. Tendo em consideração a ameaça antiaérea, foi criado um módulo de defesa antiaéreo, um módulo GEOMETOC, para fazer o levantamento todo do terreno da Roménia, e um módulo conjunto de informações para fazer o levantamento todo de informações do terreno, e para contrainformação, porque estamos a falar de um teatro de operações onde a espionagem é altamente elevada.	D: Organização/Base/Módulos

E2	Uma Companhia de Atiradores base, um Módulo de Defesa Antiaérea, um Destacamento de Apoio, um Módulo Conjunto de Informações e um Módulo Geográfico Meteorológico e Oceanográfico
E3	A FND tem o seu comandante e um conjunto de militares que apoiam o comandante, desde o 2.º comandante, a parte dos recursos, financeira, <i>Public Information Officer</i> , e a parte da emissão e interpretação de cartografia com um módulo do GEOMETEO. Tem a CATMec, depois tem o módulo de defesa antiaéreo, o módulo conjunto de informações com capacidade tática com empenhamento de drones e de análise de informações, e o módulo de apoio.
E4	O comando inclui um Estado-Maior. A principal subunidade é a CATMec. Há também um Módulo de Defesa Antiaéreo, e um Módulo Conjunto de Informações. Além disso, há um Módulo de Apoio Geográfico e Meteorológico. O Destacamento de Apoio inclui Módulos de Alimentação, Reabastecimento, Transporte, Saúde, Transmissões e Manutenção.
E5	Secção de Comando; Companhia de Atiradores Mecanizada de Rodas; Módulo de Defesa Antiaérea; Módulo Conjunto de Informações; Módulo de Apoio Geográfico e Meteorológico; Destacamento de Apoio.
E6	A Constituição de uma CATMec, é uma companhia de atiradores mecanizada de rodas, típica dos batalhões. O comando, os 3 pelotões, e a secção canhão, Levava um destacamento de apoio com a manutenção, a parte sanitária, a parte administrativo-logística. E levava ainda os seus módulos.

Fonte: Elaborado pelo autor

- **Categoria E: Motivo**

Nesta categoria, os entrevistados explicaram por que razão a FND se encontra constituída/organizada desta forma.

Subcategoria: Apoio

“(...) Um motivo é ter uma capacidade de enfrentar, neste caso as BTR, e, eventualmente as BMP. Essa capacidade é garantida pelo módulo de apoio, desde a alimentação, a manutenção, o próprio transporte das munições, etc. As capacidades do módulo de defesa antiaéreo são importantes devido à ameaça aérea, que é extremamente elevada por parte da Rússia; o módulo conjunto de informação justifica-se devido à ameaça

extremamente elevada da espionagem e das células de FSB e KGB que existem, e por último, o módulo GEOMETOC, que existe devido à falta conhecimento do terreno” (E1);

Quadro 5: Quadro Síntese das respostas à pergunta 2 da parte II

Pergunta 2: Qual a constituição/organização da FND CAAtMec/ROU?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	O propósito desta organização foi a base ser uma CAAtMec e ter capacidade de enfrentar as BTR e as BMP. Essa capacidade é garantida pelo módulo de apoio. O módulo de defesa antiaéreo, devido à ameaça aérea, que é extremamente elevada por parte da Rússia, o modulo conjunto de informação, devido à ameaça extremamente elevada por parte da espionagem e as células de FSB e KGB que existiam, e por último, o modulo GEOMETOC, devido ao não conhecimento do terreno.	E: Motivo/Apoio
	E2	Dotar a força com meios e capacidades de executar treino com os países da NATO presentes na Roménia	
	E3	A integração das capacidades da FND é essencial para operar de forma coesa. No entanto, enfrentamos desafios na coordenação das diferentes subunidades, como a CAAtMec e o módulo de defesa antiaéreo, com a brigada. Para alcançar uma força coerente, a FND devia incluir um módulo de apoio de combate com morteiros, capacidade antitanque e UAV, e engenharia para mobilidade.	
	E4	O propósito da FND é apoiar a projeção, focando principalmente na operação decisiva para a CAAtMec. Porém, devido à complexidade das operações, nem sempre conseguimos empregar a companhia como um todo nos exercícios. O módulo conjunto de informações contribui para relatórios diários e semanais, enquanto os módulos de apoio, como o GEOMETEOC e o destacamento de apoio, oferecem ajuda operacional.	
	E5	A constituição/organização é definida pelo Escalão Superior, ou seja, está de acordo com a DIROP 062/CEMGFA/23.	
	E6	O propósito da organização é garantir que a companhia tenha a capacidade de manobra e o apoio de serviços necessário para operar de forma autónoma. Isso inclui fornecer munições, combustível e outros recursos essenciais para manter a operacionalidade.	

Fonte: Elaborado pelo autor

- **Categoria F: Recursos**

Esta é uma categoria abrangente, onde os inquiridos responderam a questões de natureza logística da força, ou seja, todos os procedimentos administrativos antes e durante a missão, que, efetivamente, variou entre FND

Subcategoria: Pessoal

“Existem cerca de 200 militares na força nacional destacada e não há a necessidade de um aumento de recursos humanos, mas se calhar, uma rearticulação dos recursos humanos, das subunidades, que levaria a não termos tanta gente, por exemplo, na defesa antiaérea, e ter mais noutra subunidade (...), mas a nível dos recursos humanos globais, não houve grande transtorno para o cumprimento da missão.” (E3);

Quadro 6: Quadro Síntese das respostas à pergunta 3 da parte II

Pergunta 3: Quais são os recursos humanos necessários para a missão?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	Foi designado um comandante de CN para garantir a gestão de forças em locais distintos. Portugal solicitou uma reorganização adicional para manter sempre 201 militares, implicando cortes nas equipas do módulo de defesa antiaéreo e em secções de atiradores mecanizados. Houve um aumento na parte do Estado Maior.	F: Recursos/Pessoal
	E2	A Força estava capacitada com os recursos humanos necessários ao cumprimento da missão.	
	E3	A FND conta com cerca de 200 militares, mas pode haver uma necessidade de reorganização dos recursos humanos. Isso envolveria redistribuir os efetivos entre as subunidades. Apesar disso, o comandante trabalha dentro das restrições para cumprir a missão, sem grandes transtornos globais nos recursos humanos.	
	E4	Os recursos humanos são os que estão previstos na estrutura operacional de pessoal. Os meios humanos que a força tem são os suficientes, face à realidade, às instalações que ocupa e às tarefas que desenvolve.	
	E5	A Força Nacional Destacada é constituída por 200 militares, dos quais 19 são oficiais, 47 são sargentos e 134 são praças	
	E6	A 1.ª FND, por exemplo foi uma experiência valiosa, embora o início tenha sido complicado devido às restrições, como a proibição de enviar pessoal certificado anteriormente da VJTF 22. Isso resultou na necessidade de criar e treinar a força do zero,	

	principalmente em termos administrativos e na componente tática.	
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor

Subcategoria: Material

“(...) estamos equipados com a VBR PANDUR II 8X8, nas várias versões. O módulo de defesa antiaéreo equipado com as VAMTAC ST 5, e um conjunto de viaturas de apoio geral, e viaturas pesadas para transportar material ou equipamento. Tínhamos também um autotanque M48 para reabastecimento das forças (...) estamos equipados com o armamento individual e coletivo do sistema de combate do soldado, desde a espingarda FN Scar até à Glock, MLS, Minimi e caçadeira.” (E3);

Quadro 7: Quadro Síntese das respostas à pergunta 4 da parte II

Pergunta 4: Quais são os recursos materiais necessários para a missão?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	Foi necessário projetar uma grande variedade de recursos materiais para a operação, incluindo viaturas como a PANDUR e a VAMTAC, além de uma gama completa de viaturas logísticas. Todos os militares foram equipados com a arma FN SCAR em diferentes modelos. Foi levado o Carl Gustav, o stinger e os radares.	F: Recursos/Material
	E2	A Força estava capacitada com os recursos materiais necessários ao cumprimento da missão.	
	E3	Os recursos materiais da operação incluem as viaturas PANDUR II 8X8 em várias versões, as VAMTAC ST 5 para defesa antiaérea, além de uma gama de viaturas de apoio geral e armamento individual e coletivo. No entanto, há espaço para melhorias, especialmente no equipamento de proteção e nas viaturas de apoio geral, que não se encontram nas melhores condições. Estas melhorias são essenciais para garantir a eficácia e segurança das operações no terreno.	
	E4	Atualmente, as viaturas blindadas, principalmente as PANDUR que equipam a CATMec, estão operacionais, incluindo versões de transporte de pessoal e canhão. As VAMTAC do módulo de defesa antiaérea igual. Considerando as práticas de outros contingentes estrangeiros, como os franceses, polacos e belgas,	

		que equipam os pelotões com viaturas de canhão, poderia ser considerada uma evolução na organização das companhias.	
	E5	Os recursos materiais necessários para a missão na Roménia incluem equipamentos e viaturas adequados para uma CAtMec e um Módulo de Defesa Antiaéreo operarem, com o suporte proporcional de serviços fornecido pelo Destacamento de Apoio. Os recursos no TO estão alinhados com a Estrutura Operacional de Material aprovada.	
	E6	É desafiante lidar com os recursos materiais, como sobressalentes e equipamentos específicos, necessários para manutenção de viaturas e outros equipamentos. Estamos limitados pela disponibilidade de recursos para manutenção.	

Fonte: Elaborado pelo autor

Subcategoria: Finanças

“(...) os recursos financeiros disponíveis para a FND são mais que suficientes. Ou seja, não se constituem como constrangimento ao cumprimento da missão (...) qual é o seu objetivo? É permitir que a FND tenha a capacidade de colmatar algumas falhas, vamos dizer assim, ou alguma capacidade, que não esteja nas suas condições ideais” (E3);

Quadro 8: Quadro Síntese das respostas à pergunta 5 da parte II

Pergunta 5: Quais são os recursos financeiros necessários para a missão?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	A gestão dos recursos financeiros foi facilitada pela existência de um módulo financeiro dentro do módulo de apoio da companhia. Esses recursos foram utilizados para várias necessidades, incluindo alimentação, compra de sobressalentes e adaptações individuais para os militares.	F: Recursos/Finanças
	E2	A Força estava capacitada com os recursos financeiros necessários ao cumprimento da missão.	
	E3	Os recursos financeiros disponíveis para a FND são considerados suficientes e não representam um obstáculo para o cumprimento da missão. Eles têm sido utilizados para colmatar falhas ou lacunas nas condições ideais de fornecimento e sustentação pela nação anfitriã,	
	E4	A gestão financeira da FND é realizada pelo comando do CN, que conta com uma célula financeira. A verba disponível é	

		considerada mais do que suficiente para cobrir todas as necessidades da missão.	
	E5	No TO, a dependência financeira recai sobre o CFT e o montante mensal disponível é utilizado para todas as necessidades da FND.	
	E6	A parte financeira foi coordenada pelo comando da logística, envolvendo questões como contratação de navios e projeção aérea, além da aquisição de materiais como fardamentos, kits de primeiros socorros, coletes com proteção balística e capacetes.	

Fonte: Elaborado pelo autor

- **Categoria G: Aprontamento**

Por fim, os entrevistados foram interrogados sobre o aprontamento da FND, e por consequência, sobre as várias fases do mesmo, em termos de conteúdo, tarefas e a forma como são realizadas, focando em três subcategorias cruciais para a investigação.

Subcategoria: Treino Físico

“Foi elaborado um plano de treino da Força com base no SAFE.” (E2);

Quadro 9: Quadro Síntese das respostas à pergunta 6 da parte II

Pergunta 6: Como é efetuado o treino físico da força durante o aprontamento?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	O aprontamento foi só um mês. Não havia nada constituído, não havia força, não havia material. A instrução de treino físico caiu, não houve tempo para isso.	G: Aprontamento/Treino Físico
	E2	Foi elaborado um plano de treino da Força com base no SAFE.	
	E3	Durante esse período a força desenvolve um plano de aprontamento, onde está também a parte do treino físico, e ele é vocacionado para cumprir aquilo que está no SAFE, para depois se realizar os controlos que estão previstos no SAFE à força.	
	E4	O treino físico da força é orientado pelo SAFE. Temos vários controlos marcados. O oficial de operações da força desenha o aprontamento, e, com base no nosso treino orientado para a missão e atendendo ao tempo disponível.	
	E5	O treino físico é realizado de acordo com o SAFE, que tem como finalidade disponibilizar às Forças Nacionais Destacas um modelo de programa de Treino Físico a desenvolver durante o Treino Orientado para a Missão do Aprontamento e,	

		cumulativamente, efetuar recomendações acerca do método de preparação física dos militares que integram as Forças.	
	E6	Na 1.ª FND foi tipificado a partir do SAFE quais eram as provas físicas, o sistema de treino físico e mesmo a questão do tiro. A primeira força não cumpriu isto, mas o plano o que é seguido atualmente para o aprontamento das forças é, o que está no SAFE.	

Fonte: Elaborado pelo autor

Subcategoria: Treino Militar

“Condução de instruções para uniformizar os conhecimentos e capacidades essenciais, ao nível individual, para assegurar que todos estão aptos a proceder individualmente de acordo com a situação e com a ameaça que possam vir a ser confrontados; Preparar os militares para conduzir as tarefas críticas inerentes à sua missão e missões específicas de Secção, Pelotão e Companhia. Estas são algumas valências do aprontamento militar.” (E5).

Quadro 10: Quadro Síntese das respostas à pergunta 7 da parte II

Pergunta 7: Como é efetuado o treino militar da força durante o aprontamento?			
	Entrevistados	Respostas	Categoria/ Subcategoria
Parte II: Características da FORÇA	E1	O treino militar está bem estruturado para um ciclo de 6 meses, mas devido à urgência da missão, foi encurtado para 1 mês no caso da 1.ª FND. A seguintes FND seguiram o ciclo completo, incluindo CREVALS, enquanto que a primeira não teve esse preparo completo devido ao tempo reduzido.	G: Aprontamento/Treino Militar
	E2	O aprontamento foi realizado em três fases: administrativo-logístico, treino orientado para a missão e preparação para a projeção; Por constrangimentos logísticos, não foi realizado tiro de armamento pesado/coletivo; Foi elaborado um plano de treino da Força com base no SAFE.	
	E3	O treino militar inicia-se com a formação individual e progride para pares, secções, pelotões, até alcançar o nível de companhia e FND. Este treino é preparado para um cenário de conflito armado, abrangendo operações ofensivas e defensivas em diversos ambientes. O treino abrange comando e controlo, movimento e manobra, e proteção. O processo culmina na certificação da força, avaliada em cenários táticos ofensivos, defensivos e de retardamento.	

	E4	O treino militar da força é focado nas tarefas essenciais para cumprir a missão na Roménia. Conhecendo o cenário do exercício final de aprontamento, a força treina ofensiva, defensiva e combate em áreas edificadas. O treino é orientado pelo tema do exercício de certificação (CREVAL). Também há formações específicas, como condutores e chefes de viatura PANDUR e VAMTAC, transmissões, mecânicos e o módulo sanitário.	
	E5	Condução de atividades de instrução destinadas a nivelar e uniformizar os conhecimentos e capacidades essenciais, ao nível individual, por forma a assegurar que todos estão aptos a proceder individualmente de acordo com a situação e com a ameaça que possam vir a ser confrontados, fazendo uso correto do seu armamento e equipamento; Execução do programa de tiro; Execução do programa de ações de formação; Preparar os militares da Força com os conhecimentos necessários para conduzir as tarefas críticas inerentes à sua missão e missões específicas de Secção, Pelotão e Companhia.	
	E6	O treino militar segue o SAFE, oferecendo ao comandante liberdade para desenvolver o treino tático, ajustado à missão e ameaças do teatro de operações. As técnicas de tiro são controladas pela contabilização de munições, mas a aplicação tática e técnica é adaptada pelo comandante.	

Fonte: Elaborado pelo autor

Subcategoria: Treino Específico

“(...) existiram também formações vocacionadas para a parte de execução de técnicas, táticas e procedimentos da companhia de atiradores e do módulo de defesa antiaéreo, por forma a permitir o desenvolvimento total das suas capacidades. Nomeadamente para a companhia de atiradores, com a realização de um curso específico de close quarter Battlefiel), que permitiu o desenvolvimento de algumas capacidades de combate em ambiente urbano (E3);

Quadro 11: Quadro Síntese das respostas à pergunta 8 da parte II

Pergunta 8: Existe algum treino ainda mais específico orientado para a missão durante o aprontamento?			
Parte	Entrevistados	Respostas	Categoria/
II			

		Subcategoria
E1	Na 1. ^a FND não houve. Há uma grande formação relativamente à parte de estar no teatro de operações. Mais uma vez versar sobre a parte da espionagem, comunicações, segurança nas comunicações muito elevada.	G: Aprontamento/Treino Específico
E2	O conceito de aprontamento assentou nos três vetores: proficiência técnico-tática, o desembaraço físico e a robustez psicológica, são enquadrados no Sistema de Aprontamento de Forças do Exército (SAFE),	
E3	O treino militar abrangeu diversas áreas específicas, com formações especializadas e desenvolvimento de tarefas inerentes a cada função. Além disso, foram realizadas formações táticas para a companhia de atiradores e o módulo de defesa antiaéreo. Especificamente para a companhia de atiradores, foi realizado um curso de Close Quarter Battlefield, focado no combate em ambiente urbano.	
E4	A CAAtMec, teve formação da viatura PANDUR, o módulo de defesa antiaéreo esteve sensivelmente um mês no regimento de artilharia antiaérea em Queluz, a fazer o seu treino orientado para a missão. Também a própria formação na viatura VAMTAC, no regimento de infantaria n.º 10 em S. Jacinto. Uma tipologia de formações e uma diversidade do que é o módulo conjunto de informações. Formações de HUMINT, Formações de contra informação, etc.	
E5	Planear e executar o Exercício URBAN VIRIATHUS, a fim exercitar e aumentar a proficiência o nível individual e coletivo em ambiente urbano; Planear e executar o Exercício CARPATHUS START, com vista à preparação para o Exercício CARPHATOS SHIELD 241. Executar o Exercício CARPHATOS SHIELD 241, para uma Combat Readiness Evaluation (CREVAL) pela IGE.	
E6	Combat Readiness evaluation, é a avaliação, mas também é para apoiar o comandante da força e deveria ser entendido nesta perspetiva. Não é para apontar erros, mas sim para identificar lacunas. Deverá servir mais como uma ferramenta para dirimir últimas dificuldades.	

Fonte: Elaborado pelo autor

CAPÍTULO 5

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Chegados à discussão de resultados, toda a informação é condensada, sendo que a informação recolhida no enquadramento teórico e as informações discutidas neste capítulo são corroboradas pelos dados no capítulo 5 - Apresentação de resultados.

5.1. Comparação dos Resultados

No que diz respeito aos resultados dos aspetos relevantes da investigação, existem vários pontos a ter em consideração. Comparando a análise documental, a observação direta, as entrevistas e, de forma geral, o enquadramento teórico no qual se encontra inserida a FND, podemos verificar que a maior parte dos tópicos se encontram em concordância, ou seja, existe coerência na informação recolhida das diversas fontes; no entanto existem algumas dicotomias em alguns assuntos relativos à diferença entre o «planeado e realidade», bem como na identificação de lacunas existentes.

De acordo com a análise documental, Portugal tem evoluído nos aspetos de Defesa na última década, melhorando a sua posição na OTAN e mantendo um compromisso estável, mais recentemente neste cenário de Dissuasão e Defesa, cumprindo o propósito para o qual foi proposto. Relativamente à estruturação da força, podemos observar que uma companhia independente nunca seria uma boa opção neste contexto, daí a sua estrutura conter diversos módulos para apoiar os pelotões de atiradores e o comando da companhia, no entanto a conjugação desses dois factos, a adição de módulos de apoio à CAtMec, continuando a ser uma força escalão Companhia, originou um problema de comando e controlo, sendo que o Comandante da FND estaria sobrecarregado, daí a criação, da 1.^a para a 2.^a FND de um Estado-Maior para auxiliar no comando das subunidades.

De certa forma, podemos observar que a 1.^a FND foi uma espécie de «cobaia» para determinar todos os procedimentos para as seguintes, na medida em que teve quase todas as tarefas condicionadas pela Variável de Missão «Tempo Disponível», apressando procedimentos de maneira a conseguir eficazmente cumprir a sua missão, tendo sido bem sucedida.

As forças que se encontram na Roménia estão em estado de prontidão, para intervir caso necessário, estando também como meio dissuasor das tropas russas, mostrando a sua presença. De acordo com os dados recolhidos, enquanto as forças estão no TO, executam

primordialmente treinos de operações cujos cenários possam vir a acontecer caso a Rússia invada a Roménia, portanto, os exercícios militares são, entre outras, tarefas em que a FND está envolvida durante a sua permanência na Roménia.

No que concerne aos recursos da missão, pela informação que foi recolhida podemos verificar que, inicialmente os recursos humanos eram excessivos, o que implicava também que mais pessoal tinha de ter formação e cursos específicos durante o aprontamento, algo que não se justificava. A quantidade de militares projetados foi reduzindo de FND para FND, e, adicionalmente, houve necessidade de um reajuste na articulação desses militares, de forma a melhor garantir o cumprimento da missão.

Em relação aos recursos materiais, este já será um tópico mais controverso. Como já vimos, Portugal tem, ao longo dos anos, aumentado o investimento na defesa, nomeadamente com a aquisição de equipamentos específicos, projetados para os TO onde Portugal esteve presente na última década. De acordo com a investigação, apesar da manutenção de material ser uma questão que poderá ser revista, Portugal consegue cumprir a missão no que toca ao material, na medida em que consegue projetar todo o material necessário para o cumprimento da missão. Por fim, no que concerne aos recursos financeiros, felizmente, segundo os dados recolhidos dos entrevistados, existe verba suficiente para a missão, sendo um tópico que não deve ser alterado nestas circunstâncias; e vimos também que deve ser o comandante da FND, a dispor da autoridade para usar os recursos como achar necessário tendo em consideração as circunstâncias da missão, e considerando que o Comandante do CN se encontra a uma distância considerável da força.

Relativamente ao aprontamento, primeiramente é necessário reforçar que a força está inserida num TO, inserido num contexto de guerra convencional, ou seja, o aprontamento está direcionado nesse sentido. É seguro dizer que, de acordo com os dados obtidos, o aprontamento da FND CAAtMec/ROU segue na íntegra o SAFE. Não há nada nos resultados que contrarie esta dedução. Comparando por exemplo o que está previsto no SAFE e o que foi observado no aprontamento da 5.^a FND durante o tempo de permanência com a força, é seguro dizer que todos os passos do aprontamento seguiram o SAFE, havendo apenas algumas variações no que diz respeito à fita do tempo, que por vezes é reajustada consoante as circunstâncias específicas de cada aprontamento.

5.2. Resposta às Questões de Investigação

- **QD1: Qual o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA?**

O ambiente operacional é, sem dúvida, de carácter dissuasor. As UEC que estejam presentes neste âmbito, não detêm a autoridade ou mandato para fora do quadro de presença dissuasora de ações hostis contra os países membros da OTAN.

- **QD2:** Quais as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA?

Dado que o ambiente operacional neste tipo de cenário é um ambiente «controlado», as forças aproveitam para executar tarefas principalmente de treino e preparação, pois dispõem de tempo disponível e segurança suficiente. Porém, considerando a ameaça existente, estão sempre prontas para agir em situações extremas. É de notar aqui que, os próprios treinos que as forças executam são já feitos com um duplo propósito tático: o primeiro obviamente é o de manter/melhorar as capacidades das forças e dos militares; o segundo é garantir que as atividades de treino são, paralelamente, uma demonstração de forças contra ameaças, servindo também então esse treino, como meio de dissuasão.

- **QD3:** Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?

As UEC portuguesas projetadas no âmbito da eVA são organizadas de forma adequada. No entanto, há sempre espaço para melhorias na organização da força (algo que também já tem sido feito ao longo do tempo). É importante garantir a flexibilidade das forças, dando-lhes uma organização que, além de ser adequada para o cumprimento da missão, tenha a capacidade de se adaptar ao contexto onde está inserida. Mesmo considerando a organização das UEC adequada no âmbito da eVA, a própria estrutura das forças não deve ser rígida ou inflexível, devendo ser adaptada quando necessário e num curto espaço de tempo.

- **QD4:** Qual o processo de aprontamento das UEC na eVA?

Em relação ao aprontamento das UEC para operações da eVA, estruturalmente ele segue o SAFE, com pequenas variações. Portanto, a parte administrativo-logística decorre normalmente como prevista em referencial. Na parte do treino orientado para a missão, existem diversas formações e cursos que os militares devem possuir aquando da projeção para a missão; o treino físico decorre igualmente como previsto, com relatórios sobre a condição física dos militares; no que diz respeito ao treino de tarefas individuais e coletivas, neste tipo de aprontamento em específico, ele contempla treinos que estejam inseridos no contexto da missão, neste caso de combate convencional, dando primazia ao treino de operações defensivas, mas também executando treinos de ofensivas, combates em áreas urbanas, e todo o tipo de ações relacionadas com a guerra convencional, conteúdos que são testados pela IGE no exercício de credenciação das forças (CREVAL). A última parte da projeção decorre também como previsto no SAFE, normalmente executada por levás. De

notar que este aprontamento é rigoroso, mas ao mesmo tempo flexível no que diz respeito à fita do tempo, onde, em regra geral, o comandante da força tem alguma margem de manobra para ajustar as atividades conforme necessário.

- **QC: Qual a adequabilidade do conceito de emprego das UEC nacionais no âmbito da eVA da Aliança Atlântica?**

Esta resposta é atingida com recurso às respostas das questões derivadas do estudo. Assim sendo, faz todo o sentido dizer que o conceito de emprego das UEC na eVA é adequado. A força está bem enquadrada com o cenário onde se insere, e, derivado disso, ela foi estruturada adequada a esse cenário e consoante as necessidades na Aliança atlântica, havendo, como já vimos, espaço para melhorias. A análise da adequabilidade das UEC é também facilitada vindo a questão de forma sequencial: O cenário de Dissuasão e Defesa existe, dentro do âmbito da eVA; é preciso forças para incorporar nesse cenário; cria-se uma UEC especificamente para esse cenário; a estruturação dessa força é tão específica quanto o cenário onde vai estar inserida, sendo organizada para esse fim; prevê-se as tarefas a serem realizadas no TO; as UEC são aprontadas e treinadas consoante essas tarefas, consoante a missão que iram desempenhar nesse cenário; as UEC são projetadas, cumprem a missão e são rendidas e retraídas.

Dito desta forma parece um processo fácil, mas na realidade não é. O importante a reter, contudo, é: se esta sequência de eventos é cumprida, resultará provavelmente no cumprimento da missão por parte das UEC, mesmo com espaço para melhorias, o estado final desejado para as UEC é o cumprimento da missão, a manutenção de elevados padrões de desempenho operacional e níveis de excelência na execução de tarefas individuais e coletivas. Assim, podemos concluir que, se a missão é cumprida com êxito, então o conceito de emprego das UEC no âmbito da eVA da OTAN é adequado.

CONCLUSÃO

As Forças militares constituem-se como sistemas integrados de forças que interagem e se condicionam mutuamente. Esta investigação visou analisar a conceção e o emprego de UEC em cenários da OTAN de Dissuasão e Defesa, usando a FND CAtMec/ROU como objeto de estudo. Assim, ao estudar essa força em particular, consegue-se fazer uma extrapolação, através do método indutivo, para outras forças do mesmo escalão, e empregues na mesma tipologia de cenário.

Como já verificado após a resposta à questão central do estudo, o conceito de emprego das UEC na eVA é adequado, sendo esta a principal conclusão da investigação. Além disso, extrapolando os resultados da investigação para as forças da mesma tipologia da FND CAtMec/ROU, inseridas no mesmo contexto operacional, concluímos que o escalão Companhia é usado neste conceito de emprego de forças apenas porque consegue garantir a sua própria sustentabilidade através dos módulos que a apoiam, caso contrário seria inconcebível que uma força de escalão tão baixo conseguisse ter êxito no desempenho da missão.

Podemos inferir também que as UEC estão bem constituídas, com um Estado-Maior a apoiar o comandante e os outros módulos a apoiar a CAtMec; e, em contexto de aprontamento, conclui-se que Portugal consegue aprontar eficazmente UEC para cumprirem a missão.

Este trabalho beneficiava se o autor conseguisse fazer uma observação direta não só de uma FND em aprontamento, como foi o caso, mas também de uma FND em missão no TO. Esta foi considerada uma limitação da investigação, pois poderia acrescentar novas informações ao trabalho, caso se realizasse. Além disso, mais especificamente, a falta de documentação acerca da 1.ª FND CAtMec/ROU também se constituiu como uma limitação à investigação. Futuramente, considera-se interessante integrar um Pelotão de Atiradores de uma FND CAtMec/ROU, e fazer um estudo sobre o Pelotão de Atiradores Mecanizado de Rodas, ou seja, dentro da temática da presente investigação, descer o nível de escalão, e explorar especificamente as tarefas dos militares dentro do pelotão de atirados mecanizado.

A médio prazo, consideramos adequado promover alterações na composição, treino e emprego das CAtMecR portuguesas projetadas para a Roménia, no âmbito de um cenário de Dissuasão e Defesa. Essas alterações, se introduzidas, necessitam de validação, o que não é concretizável no quadro da presente investigação.

Devido à tipologia do TO, poderia ser introduzido um Módulo de Apoio de Combate na atual estrutura, nomeadamente um Módulo de Morteiros, para apoiar a CAtMecR com fogos indiretos, não disponível na atual organização, aumentando o poder de fogo.

Além disso, apesar de Portugal já dispor dos meios materiais para o cumprimento da missão, talvez seria também mais vantajoso se, por exemplo, houvesse uma incorporação completa de *Infantry Fighting Vehicles* (IFV) nas secções de atiradores da CAtMecR e não apenas na secção canhão, como acontece em outros países inseridos na força multinacional, facilitando também a interoperabilidade das forças. Ainda, para aumentar a prontidão das nossas forças, poderia ser criado um programa de treino específico deste tipo de cenários para as unidades operacionais do Exército Português, de maneira a que, durante o aprontamento, pelo menos na parte do treino militar, os militares já estivessem mais familiarizados com o tipo de operações que iram desempenhar, poupando tempo caso haja necessidade de acontecer algum aprontamento inopinado onde o tempo disponível é um fator decisivo para o sucesso, como aconteceu com a 1.^a FND CAtMec/ROU.

Portugal consegue cumprir os requisitos estabelecidos pela Aliança Atlântica. A conceção e o emprego destas unidades, neste cenário, para Portugal, que é um país com poucos recursos, é verdadeiramente uma vitória.

Concluindo, os conceitos de conceção e emprego de UEC por Portugal para a eVA estão a ser corretamente executados e são adequados, devendo haver flexibilidade para serem adaptados ou melhorados caso as circunstâncias o exijam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albarello, L., Digneffe, F., Maroy, J. H. C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Beaufre, A. (2020). *Introdução à Estratégia* (2.^a ed.). Lisboa: Edições Sílabo
- Blouet, B. W. (1987). *Halford Mackinder: A Biography*. Texas A&M University Press COLLEGE STATION.
- Borges, J. B. V. (2022). NATO 2022: Um Conceito Estratégico marcado pela Guerra na Ucrânia. *REVISTA MILITAR*.
- Bornio, J. (2023). A Guerra Entre a Rússia E a Ucrânia Uma Visão a Partir Do Flanco Oriental Da Nato: THE RUSSO-UKRAINIAN WAR AS SEEN FROM NATO EASTERN FLANK. *Relações Internacionais*, 77, 11–23.
- BrigInt. (2022). PROGRAMA DE APRONTAMENTO 3.^a FND CAAtMec/ROU. Coimbra
- BrigInt. (2023^A). PROGRAMA DE APRONTAMENTO 4.^a FND CAAtMec/ROU. Vila Real
- BrigInt. (2023^B). PROGRAMA DE APRONTAMENTO 5.^a FND CAAtMec/ROU. Viseu
- Conselho de Chefes de Estado-Maior. (2014). *Conceito Estratégico Militar*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional
- CFT (2019). *Sistema de Aprontamento de Forças do Exército*. Lisboa: CFT
- CFT (2022^A). ORDEM DE APRONTAMENTO – 2.^o CONTINGENTE NACIONAL/ROMÉLIA (2.^oCN/ROU). Lisboa
- CFT (2022^B). ORDEM DE APRONTAMENTO – 3.^o CONTINGENTE NACIONAL/ROMÉLIA (3.^oCN/ROU). Lisboa
- Couto, A. C. (1982). *Relações entre a estratégia e a política*. Nação E Defesa.
- Davies, P. (2006). Interview. Em V. Jupp (Ed.), *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 157-158). London, Reino Unido: SAGE Publications
- Deni, J. R. (2014). *NATO's New Trajectories after the Wales Summit*. *The US Army War College Quarterly: Parameters*, 44(3).
- Dugin, A. (1997). *Foundations of Geopolitics*. Moscovo: Arktogeja.
- Eiras, R. et al., (2015). *A nova diplomacia energética do gás natural dos EUA no espaço Atlântico: perspetivas geopolíticas sobre o TTIP, o Tratado da Carta da Energia e a CPLP*. Lisboa, Fundação Luso-Americana.
- EMGFA (2022). DIRETIVA OPERACIONAL. ° 34/CEMGFA/22. PARTICIPAÇÃO NACIONAL NA ROMÉLIA. Lisboa.

- Fernandes, P. M. L. (2013). *O Conceito Estratégico da NATO (2010): A Perspectiva Portuguesa*. Run.unl.pt.
- Glaser, B., & Strauss, A. (1999). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. Estados Unidos da América: Aldine.
- Governo de Portugal. (2013). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Lisboa: Princípa.
- IGE. (2023). DIRETIVA N.º 25/IGE/2023. CREVAL à 4.ª FND Companhia de Atiradores Mecanizada/Roméia (ROU). Amadora.
- IUM. (2019). *Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.ª ed.). Lisboa: CIDIUM.
- Louro, J. (2023). Apresentação FND ROU22_DDNLA_29JUN23. [Apresentação de Powerpoint]. Exército Português.
- Mackinder, H. J. (1904). *The Geographical Pivot of History*. *The Geographical Journal*, 23(4), 421–437.
- Mackinder, H. J. (1919). *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*. New York: Holt
- Martins, R. (2017). *A crise na Ucrânia, a nova postura Russa, alterações geoestratégicas e consequências para Portugal*. *Comum.rcaap.pt*.
- NU (2021) *Treaties and international agreements registered or filed and recorded with the Secretariat of the United Nations*. Volume 3007. Nova Iorque.
- OTAN. (2006). *NATO Handbook*. Brussels: Public Diplomacy Division.
- OTAN. (2010). *Strategic Concept for the Defence and Security of the Members of the North Atlantic Treaty Organization*. OTAN.
- OTAN. (2014). *Wales Summit Declaration issued by the Heads of State and Government participating in the meeting of the North Atlantic Council in Wales*. OTAN.
- OTAN. (2016). *Warsaw Summit Communiqué issued by NATO Heads of State and Government (2016)*. OTAN.
- OTAN. (2020^A). *Partnership for Peace programme*. OTAN.
- OTAN. (2020^B). *NATO Military Committee Chairman visits Allied Land Command*. OTAN.
- OTAN. (2021). *AAP-6(C) NATO Glossary of Terms and Definitions (English and French)*. OTAN.
- OTAN. (2022^A). *Madrid summit declaration*. OTAN
- OTAN. (2022^B). *NATO 2022 Strategic concept*. OTAN

- OTAN. (2023). *Vilnius Summit Communiqué issued by NATO Heads of State and Government (2023)*. OTAN.
- Oliveira, U. R. R. (2016). A disputa entre a Rússia e a Ucrânia pela região da Crimeia. *Comum.rcaap.pt*.
- Poty, I. B. (2019). A Ucrânia independente após o fim da Guerra Fria: uma análise geopolítica (1991-2010). *Conjuntura Austral*, 10(52), 17–37.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1998). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. (2.^a ed.). Lisboa: Gradiva
- Ramalho, J. P. (2009). O aprontamento e sustentação das forças do exército nas missões internacionais da NATO. *Nação E Defesa*.
- Ramos, T. F. S. (2019). Análise da Intervenção Russa na Crimeia. *Comum.rcaap.pt*.
- Rosado, D. P. (2017). *Elementos Essenciais de Sociologia Geral*. Lisboa: Gradiva.
- Sapsford, R. (2006). *The SAGE Dictionary of Social Research Methods* (pp. 144-145). London, United Kingdom: SAGE Publications
- Smith, R. (2006). *The Utility of Force*. London, Reino Unido: Penguin Books.
- Sydorenko, D. (2015). “*Heartland como um dos objetivos estratégicos do Estado Russo: da fundação da Rússia à actualidade.*”
- Thiry-Cherques, H. R. (2009). *Saturação Em Pesquisa Qualitativa: Estimativa Empírica De Dimensionamento - Saturation In Qualitative Research: Empirical Sizing Estimation*. PMKT
- Varanda, A. J. A. (2016). Possibilidade de emprego de Forças-Tarefa Subagrupamento nos cenários do conceito estratégico militar português. *Comum.rcaap.pt*.
- Von Hlatky, S., & Wenger, A. (2015). *The Future of Extended Deterrence: The United States, NATO, and Beyond*. Georgetown University Press.

APÊNDICES

APÊNDICE A: A INFLUÊNCIA DA GEOPOLÍTICA NO CONFLITO RÚSSIA-UCRÂNIA

No capítulo reservado à introdução do presente trabalho, consideramos o porquê de o conflito levar ao uso das forças, ao emprego de meios militares, enquadrando o tema desta investigação com o contexto teórico do conflito. O objetivo é mais ambicioso, na expectativa de ir ao fundo da questão: porque é que o conflito sequer começou? O que é que há de tão especial que faça acontecer e desenvolver estes movimentos de massas? Porque na verdade, isso é verdadeiramente o cerne da questão. A resposta ao «Porquê». E quando respondemos a um «porquê», outro, surge daí. Neste intuito, iremos ao que é considerado por diversos autores, o cerne de toda a questão, abordando principalmente o trabalho de Halford Mackinder⁹³, veremos o «porquê de tudo».

Desde os primórdios da humanidade que, a mesma enveredou na geração de conflitos, resultantes de disputas normalmente em busca de interesses próprios entre duas ou mais partes. As grandes potências mundiais no «velho mundo» estariam treinadas na arte do conflito, aos diversos níveis ou escalões, na medida em que adaptavam as suas estratégias aos fatores que, nessa altura, consideravam como os decisivos para atingir o sucesso num conflito. Rapidamente, com a construção de embarcações, se viu que as vias marítimas eram «caminhos» que podiam ser facilmente usados estrategicamente para alcançar a vitória, não só em confronto direto, em ambiente naval, armada contra armada, mas no que diz respeito ao apoio de combate, seja ele de manutenção, administrativo-logístico, sanitário, entre outros. A questão que se coloca aqui é: Se o ambiente marítimo era uma mais valia tão significativa para as nações terem poder sobre si mesmas e até sobre outras, então o foco das atenções passaria a ser, naturalmente, o domínio dos mares. E estrategicamente, fazia sentido, as vias marítimas eram claramente mais rápidas que as terrestres, e em termos de

⁹³ “Halford Mackinder—who was born in a small Lincolnshire town and rose, by virtue of talent and hard work, to be one of the leading educators of his day. Mackinder established a new discipline, geography, in English universities, laid the foundations for a university at Reading, made the first ascent of Mount Kenya, analyzed Britain’s economic problems and predicted the decline of the country in world affairs (...) Halford Mackinder was born on February 15, 1861, at Gainsborough, a small port, and market town, on the banks of the River Trent.” (Blouet, 1987, p.1).

transporte de pessoal e material eram uma vantagem, isto na época entre as guerras napoleónicas e a 1.ª Guerra mundial.

Blouet (1987) fala sobre o grande pensador e estrategista que foi Halford Mackinder. Este senhor veio colocar questões acerca da estratégia a nível mundial, assim como passaremos a explicar. Mackinder considerava a hipótese de existir uma área terrestre que, após ocupada e defendida, seria o pilar para o controlo de todo o mundo, chamando-lhe «Área Pivot».⁹⁴ Estas declarações abalaram o mundo na medida em que, desde o século XIX que o poder de uma nação era medido quase como que pelo domínio marítimo que possuísse, e esta teoria de Mackinder vem questionar esse facto apresentando a área pivot representada na figura seguinte:

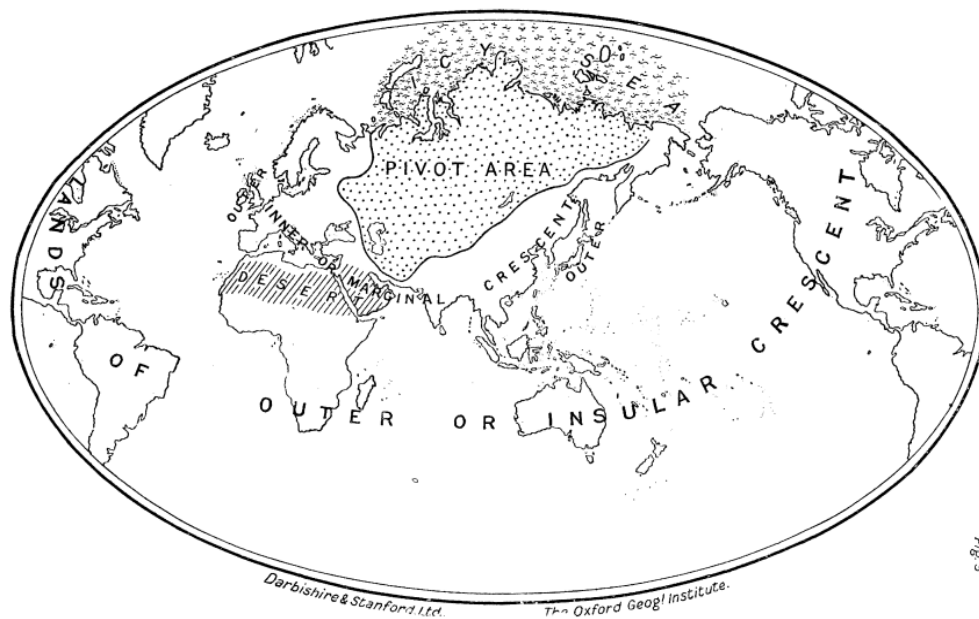


Figura 7: The natural seats of power
Fonte: Mackinder (1904)

Como podemos observar, a área *pivot* assenta sensivelmente no território da Rússia até à Europa central, bem como na zona do Ártico. Mas Mackinder vai ainda mais além. Vejamos o seguinte: Halford Mackinder ao debruçar-se sobre a geografia mundial chegou à conclusão que o mundo é simplesmente aquilo que é, na medida em que a sua geografia é ditadora dos eventos, e (pelo menos por enquanto), essa geografia permanece inalterável.

⁹⁴ “(...) from a geographical point of view, the pivot area would be at the heart of any struggle for world dominance. The implications of Mackinder’s statement were immense. If he were right, the basis of British influence in the world— sea power—was about to be diminished. The position of Britain as a world power would become tenuous, and the future of the empire insecure. (...) The boldly conceived Pivot paper offered a view contrary to the conventional wisdom of the day, which held that sea power was essential if a country wished to be a world power.” (Blouet, 1987, p.109).

Isto quer dizer que aquele que controlar a geografia mundial, controlará o mundo, pelo menos em termos teóricos. Está claro que uma das maiores dicotomias pelas quais Mackinder se debruçava era a questão de «terra e mar»; e, derivado dessa dicotomia surgiram-lhe dois conceitos que vieram marcar a geoestratégia até à atualidade: O conceito de «Heartland»⁹⁵ e de «Ilha Mundial».

Falando primeiro sobre o *Heartland*, este era ainda mais vasto em termos territoriais do que a área *pivot*, e era de vital importância em termos de posse territorial, pois permitia o acesso ao mar Negro e ao mar Báltico. Ao ter o controlo destas zonas marítimas, a dicotomia «terra e mar» deixava de ser um problema, pois, em termos defensivos, qualquer ataque que fosse lançado à zona do *Heartland* por mar, teria de passar por essas zonas que já estariam militarizadas e, portanto, controladas, ou seja, o acesso ao *Heartland* por mar estaria, no mínimo, limitado.⁹⁶ De seguida vem o conceito de «Ilha Mundial»⁹⁷



Figura 8: Modelo geopolítico de sir Halford Mackinder
Fonte: Sydorenko (2015, p.3)

Para controlar o Heartland considera-se expor duas problemáticas: Em primeiro lugar, a luta pela Europa central. No século XX havia uma luta pela Europa central entre a

⁹⁵ “The Heartland was defined as: the regions of Arctic and Continental drainage [which] measure nearly a half of Asia and a quarter of Europe, and form a great continuous patch in the north and centre of the continent. That whole patch, extending right across from the icy, flat shore of Siberia to the torrid, steep coasts of Baluchistan and Persia, has been inaccessible to navigation from the ocean. The opening of it by railways—for it was practically roadless beforehand—and by aeroplane routes in the near future, constitutes a revolution in the relations of men to the larger geographical realities of the world. Let us call this great region the Heartland of the Continent.” (Blouet, 1987, pp. 166-167)

⁹⁶ De acordo com Sydorenko (2015, p. 12) “O controlo deste vasto espaço por um Estado permitir-lhe-ia organizar recursos humanos e materiais significativos, em detrimento do resto do mundo. Uma vez que o Heartland deste território é inalcançável aos ataques das forças navais, esta organização, em muitos aspectos, não têm natureza restrita.”

⁹⁷ “Ilha Mundial é a massa terrestre da Europa, da Ásia e da África. Heartland, sir Halford Mackinder chamou à parte central da Eurásia, em torno do qual estão localizados o arco interno (Inner Crescent) Europa - Arabia - Indochina e o arco externo (Outer Crescent) América - África - Oceania”. (Sydorenko, 2015, p. 12).

Rússia e os países da Europa Ocidental, pois consideravam que a posse desse território específico levaria ao controlo total do *Heartland*. Como pudemos observar na 1.^a Guerra Mundial a imposição internacional por parte da Alemanha e da Rússia foi evidente. Podemos até dizer que essa imposição era de natureza imperialista: Ambas queriam um império e sabiam que a chave para o atingir passaria pelo controlo da Europa central. Esta foi, no entanto, a ideia inicial, de inícios do século XX que se teorizou. A importância destas regiões ficou definida, e a luta para as conquistar manteve-se constante com o passar dos anos, até ao desmembramento da URSS em 1991. A Rússia ficou dividida entre o seu «coração» e os países da periferia, o «Rim». O que nos leva ao conceito de *Rimland*⁹⁸, que ficou definido depois da 2.^a Guerra Mundial. Esta zona segundo vários autores, incluindo Mackinder, compreendia os países da periferia da União Soviética, bem como a zona do médio oriente, e, além de ser óbvio que quem controlasse essa zona, controlava o *Heartland*, isto chama à atenção do ocidente, pois, da mesma forma considera que ao deter a posse do *Rimland*, mantém o controlo sobre o *Heartland*.⁹⁹

Fazendo agora uma transposição para a atualidade, é uma possibilidade que o conflito entre a Rússia e a Ucrânia não seja só uma guerra onde uma nação tenta recuperar o território que antes perdeu, ou uma guerra para prevenir que o ocidente ganhe mais simpatizantes, mas sim uma guerra que poderá estar a marcar o começo de uma jornada de uma Rússia não só lançada a atingir o poder e território Soviético, mas também para se tornar o *Heartland*, dominar a Ilha Mundial, e por consequência, o mundo.

“Who rules East Europe commands the Heartland; who rules the Heartland commands the World-Island; who rules the World-Island controls the world.”
(Mackinder, 1919).

⁹⁸ Segundo Blouet (1987, p.196) “Around the Heartland, he suggested, was a Rimland stretching from Europe, through the Middle East, to South Asia and the Far East.”

⁹⁹ O objetivo dos países ocidentais era conter o poder emergente que poderia surgir do oriente. “Postwar American policy— NATO, CENTO, SEATO, the Korean conflict, and treaties with Japan— might be viewed as an attempt to ally with Rimland states to contain the Heartland power.” (Blouet, 1987, p.196)

APÊNDICE B: MAPA DE CATEGORIAS

Quadro 12: Mapa de Categorias

Referência da categoria	Categorias	Subcategorias
A	Contributos	<ul style="list-style-type: none">● Dissuasão e <i>enhanced Vigilance Activity</i> (eVA)
B	Capacidades	<ul style="list-style-type: none">● Exercícios
C	Tarefas	<ul style="list-style-type: none">● Treino
D	Organização	<ul style="list-style-type: none">● Base● Módulos
E	Motivo	<ul style="list-style-type: none">● Apoio
F	Recursos	<ul style="list-style-type: none">● Pessoal● Material● Finanças
G	Aprontamento	<ul style="list-style-type: none">● Treino Físico● Treino Militar● Treino Específico

Fonte: Elaborado pelo Autor

APÊNDICE C: MODELO DE ANÁLISE

Quadro 13: Modelo de Análise

Tema	A conceção e o emprego de Unidades de Escalão Companhia em cenários de Dissuasão e Defesa – o caso da Força Nacional Destacada/Companhia de Atiradores Mecanizada para a Roménia.			
Objetivo Geral	Analisar a adequabilidade do conceito de emprego das UEC no âmbito da eVA da Aliança Atlântica.			
Questão Central	Qual a adequabilidade do conceito de emprego das UEC no âmbito da eVA da Aliança Atlântica?			
Objetivos Específicos (OE)	Questões Derivadas (QD)	Conceitos	Dimensões	Técnica de Recolha
OE1: Examinar o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA.	QD1: Qual o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA?	<i>enhanced Vigilance Activity (eVA)</i>	Ambiente Operacional	Análise Documental Entrevistas
OE2: Examinar as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA.	QD2: Quais as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA?		Tarefas	Análise Documental Entrevistas
OE3: Analisar a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA;	QD3: Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?		Organização	Análise Documental Entrevistas
OE4: Analisar o processo de aprontamento das UEC na eVA.	QD4: Qual o processo de aprontamento das UEC na eVA?		Aprontamento	Análise Documental Entrevistas Observação Direta

Fonte: Elaborado pelo Autor

APÊNDICE D: CONSENTIMENTO INFORMADO E GUIÃO DE ENTREVISTA

Consentimento Informado

A entrevista à qual será sujeito é realizada no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicado com o tema “A conceção e o emprego de unidades escalão companhia em cenários de Dissuasão e Defesa: O caso da Força Nacional Destacada CATMec/ROU”, realizado pelo aluno da Academia Militar, Aspirante-Aluno de Infantaria Gonçalo Augusto dos Santos Barreira, visando atingir o grau de mestre no curso de Ciências Militares, na especialidade de Infantaria. Presentes também na equipa de investigação, como orientador, está o Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro, e, como Coorientador, o Major de Infantaria Pedro Daniel de Barros Gonçalves Meneses.

A entrevista é de carácter semiestruturado e tem como objetivo avaliar a adequada decisão tática do tipo de força para o ambiente e requisitos operacionais específicos das eVA, elevando o conhecimento do entrevistador acerca da temática, para poder progredir devidamente enquadrado na sua investigação.

A entrevista durará entre 15 minutos e 2 horas conforme o necessário. Será realizada preferencialmente por meios telemáticos (Zoom/Teams), se necessário presencialmente, e será gravada por meios audiovisuais para facilitar a recolha de dados. A gravação da entrevista não será partilhada com ninguém à exceção da equipa de investigação.

Durante a entrevista, o entrevistador irá fazer perguntas seguindo um guião, às quais o entrevistado irá responder verbalmente, podendo a qualquer momento da entrevista recusar-se a responder, ou dar a sessão por terminada.

A participação na entrevista é voluntária e não estão previstos quaisquer riscos que comprometam a integridade física ou mental, ou quaisquer constrangimentos antes, durante ou após a entrevista, tanto para o entrevistador como para o entrevistado.

Apesar da entrevista ser gravada, não haverá qualquer divulgação ou registo público da identidade do entrevistado, zelando pelo anonimato e confidencialidade, sendo que apenas as suas respostas serão utilizadas na investigação.

A sua participação é de vital importância para o seguimento da investigação. Espero poder contar com a sua ajuda.

Qualquer dúvida ou esclarecimento necessário, estão disponíveis imediatamente abaixo os contactos do investigador.

Asp-AI Inf Gonçalo Barreira: 965036394; barreira.gas@academiamilitar.pt

O Investigador,

(Assinatura)

Leia atentamente o texto abaixo, e se verificar que algo se encontra incorreto ou não está claro, não hesite em referenciar e em perguntar.

Eu, _____
, declaro que li e compreendi este documento, e aceito participar nesta entrevista, sendo que me foi explicado que posso recusar responder a qualquer altura, e que a entrevista será gravada, não sendo divulgada a minha identidade, sendo que permito apenas que os dados da entrevista sejam usados e divulgados para fins de investigação. Desta forma, aceito dar o meu contributo para a investigação “A conceção e o emprego de unidades escalão companhia em cenários de Dissuasão e Defesa: O caso da Força Nacional Destacada CAAtMec/ROU”, realizada pelo Aspirante-Aluno de Infantaria Gonçalo Augusto dos Santos Barreira, no âmbito do seu mestrado na Academia Militar.

O Entrevistado,

(Assinatura)

Data: __/__/____



Guião de Entrevista para o Trabalho de Investigação Aplicada

A Força Nacional Destacada/Companhia de Atiradores Mecanizada na Roménia

Investigador: Aspirante-aluno de Infantaria Gonçalo Augusto dos Santos Barreira

Orientador: Tenente-Coronel de Infantaria Pedro Miguel Ferreira Cavaleiro

Coorientador: Major de Infantaria Pedro Daniel de Barros Gonçalves Meneses

Cabral Couto (1982) propõe quatro fases na evolução da coação militar: a era das forças militares de superfície; a transição para o espaço aéreo; a introdução do armamento nuclear e, por fim, a preocupação crescente com a minimização de danos à população civil durante operações militares.

Essa evolução reflete mudanças no poder bélico, estratégias militares e conceções de forças ao longo do tempo. É neste contexto de geração de forças que se insere a minha investigação, e por consequência, esta entrevista.

Usando como caso de estudo a FND CAAtMec/ROU, pretendo analisar o processo de geração e de emprego de forças do Exército Português, relacionando-o com o caso de estudo, de maneira a concluir se é ou não adequado, e, caso não o seja, como pode ser melhorado, de forma a satisfazer as necessidades do país e das organizações internacionais.

Dado o seu conhecimento sobre a FND CAAtMec/ROU,

A sua colaboração é importante!

Guião de Entrevista

I. Características da Missão

- 1) Qual é em concreto a contribuição de Portugal para a força multinacional?
- 2) Dentro da FND, quais são as capacidades que a CAAtMec deve satisfazer?
- 3) Que tipo de tarefas são realizadas durante a missão?

II. Características da Força

- 1) Qual a constituição/organização da FND CAAtMec/ROU?
- 2) Qual o propósito dessa constituição/organização?
- 3) Quais são os recursos humanos necessários para a missão?
- 4) Quais são os recursos materiais necessários para a missão?
- 5) Quais são os recursos financeiros necessários para a missão?
- 6) Como é efetuado o treino físico da força durante o aprontamento?
- 7) Como é efetuado o treino militar da força durante o aprontamento?
- 8) Existe algum treino ainda mais específico orientado para a missão durante o aprontamento?

As perguntas da entrevista, além de complementarem a investigação, só fazem sentido se forem de encontro a responderem às questões essenciais do trabalho, nomeadamente as Questões Derivadas formuladas nos primórdios da investigação, no surgimento da problemática. Com esse direcionamento podemos mais facilmente enquadrar as respostas da entrevista com o restante estudo.

Para isso elaborei um quadro para explicar este conceito, para facilitar a compreensão e de certa forma “categorizar” as perguntas da entrevista com as Questões de Investigação:

I: Características da Missão		
Objetivo	Perguntas	Direcionada para
Analisar o enquadramento geral onde a FND está inserida, para compreender aquilo com que lida	1) Qual é em concreto a contribuição de Portugal para a força multinacional?	QD1: Qual o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA?
	2) Dentro da FND, quais são as capacidades que a CAtMec deve satisfazer?	QD1: Qual o ambiente operacional de emprego das UEC na eVA?
	3) Que tipo de tarefas são realizadas durante a missão?	QD2: Quais as tarefas associadas ao emprego das UEC na eVA?

II: Características da Força		
Objetivo	Perguntas	Direcionada para
<p>Analisar os diferentes constituintes que realmente “fazem a FND”, ou seja, adquirir informações sobre várias partes específicas da força</p>	<p>1) Qual a constituição/organização da FND CAAtMec/ROU?</p>	<p>QD3: Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?</p>
	<p>2) Qual o propósito dessa constituição/organização?</p>	<p>QD3: Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?</p>
	<p>3) Quais são os recursos humanos necessários para a missão?</p>	<p>QD3: Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?</p>
	<p>4) Quais são os recursos materiais necessários para a missão?</p>	<p>QD3: Qual a adequabilidade da organização das UEC empregues na eVA?</p>
	<p>5) Quais são os recursos financeiros necessários para a missão?</p>	<p>QD3: Qual a organização e adequabilidade das UEC empregues no âmbito da eVA?</p>
	<p>6) Como é efetuado o treino físico da força durante o aprontamento?</p>	<p>QD4: Qual o processo de aprontamento das UEC na eVA?</p>
	<p>7) Como é efetuado o treino militar da força durante o aprontamento?</p>	<p>QD4: Qual o processo de aprontamento das UEC na eVA?</p>
	<p>8) Existe algum treino ainda mais específico orientado para a missão durante o aprontamento?</p>	<p>QD4: Qual o processo de aprontamento das UEC na eVA?</p>

ANEXOS

ANEXO A: CARACTERIZAÇÃO DE AMEAÇAS E RISCOS

Fonte: Conselho de Chefes de Estado-Maior (2014, B-1)

DESIGNAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO	CENÁRIOS PROVÁVEIS DE EMPREGO DA FORÇA MILITAR	PROBABILIDADE (A – M – B – MB)	PERIGOSIDADE (V – I – S)	PONTO DE APLICAÇÃO
Ação direta sobre o EEINP	Ataque ao TN por parte de um Estado ou coligação.	C1, C3, C5	MB	V	EEINP
	Violação do espaço marítimo e aéreo por parte de agentes ilegais.		A	I	EEINP
	Ações adversas que impeçam a circulação entre parcelas do TN, ou sobre infraestruturas críticas.		B	V	EEINP
	Ações sobre as redes de informação e bases de dados nacionais (ataques cibernéticos).		A	V	EEINP
Ação direta sobre aliados	Ataque a um ou mais países aliados por parte de um Estado ou coligação.	C2	M	I	EEINC
Proliferação de armas de destruição massiva (ADM)	Desenvolvimento de ADM e respetivos vetores de lançamento por parte de Estados que desafiem o Direito Internacional Público (DIP).	C1, C2, C3, C4, C6	M	I	EEINC
Conflitos regionais	Estabelecimento de "poderes erráticos" que patrocinem o terrorismo e a criminalidade transnacionais.	C1, C4, C6	M	I	EEINC
	Conflitualidade com origem em disputas de natureza territorial, étnica, política e/ou por recursos estratégicos, cujo agravamento e alastramento é passível de comprometer os equilíbrios regionais e a segurança.		A	V	EEINC
	Agudização e alastramento de "velhos conflitos" entre médias potências.		M	I	EEINC
Fragilidade e radicalização dos Estados	Situações de grave instabilidade surgidas nos países de acolhimento que comprometam seriamente a segurança das comunidades portuguesas que aí se encontrem radicadas.	C1, C3, C4, C6	M	V	EEINC
	Desrespeito ostensivo do DIP por parte de determinados estados ("estados falhados").		M	I	EEINC
	Degradação de um sistema político instalado numa dada área, sem que a ordem seja restabelecida, com graves consequências para a estabilidade e segurança nessa região.		A	I	EEINC
	Desagregação social interna das sociedades contemporâneas.		M	I	TN
	Migrações em massa em direção ao TN.		M	I	EEINP
Terrorismo	Ações de terrorismo transnacional no TN: - Através de métodos "clássicos". - Usando armas de destruição massiva.	C1, C2, C3, C4, C6	M MB	V	EEINP
	Atividade de organizações de terrorismo transnacional contra interesses de países aliados ou amigos.		A	I	EEINC
Criminalidade organizada	Ações que ponham em causa a livre circulação nas principais rotas internacionais que intercetam o TN e as áreas adjacentes.	C1, C3, C4, C6	M	I	EEINP
	Pirataria marítima.		A	I	EEINC
	Atividade de organizações de narcotráfico.		A	I	EEINP/C
	Atividade de cartéis de criminalidade atuando em áreas chave do globo.		A	I	EEINC
Ambiente, desastres e catástrofes	Catástrofes naturais em TN e áreas adjacentes.	C1, C3, C4, C5	A	V	EEINP
	Desastres ambientais em TN e áreas adjacentes.		A	V	EEINP
	Consequências graves provocadas por alterações climáticas.		M	V	EEINP
	Acidentes marítimos e aéreos.		A	I	EEINP
	Exploração não autorizada de recursos marinhos.		A	S	EEINP
	Situações ambientais extremas, pandemias e riscos sanitários		M	S	EEINC

Figura 9: Caracterização de Ameaças e Riscos
Fonte: Conselho de Chefes de Estado Maior (2014, B-1)

Legenda:

A – Alto; M – Médio; B – Baixo; MB – Muito baixo.

V – Vital; I – Importante; S – Secundário.

EEINP – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente.

EEINC – Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural.

Notas:

1. Na definição da **perigosidade**, foi tomada em linha de conta a natureza dos objetivos e interesses que o Estado pretende atingir e salvaguardar. Deste modo, consideram-se:

V - Os relacionados com a defesa de interesses **vitais**, que têm subjacente um elevado perigo para a unidade política.

I - Os relacionados com interesses **importantes**, cuja salvaguarda concorre para o pleno exercício da soberania e proteção da vida humana.

S - Os relacionados com interesses **secundários**, num quadro de aproveitamento de oportunidades no apoio à política externa do Estado e a outras políticas de manifesto interesse público.

2. Definições:

EEINP - Espaço Estratégico de Interesse Nacional Permanente é o espaço que corresponde ao território nacional compreendido entre o ponto mais a norte, no concelho de Melgaço, até ao ponto mais a sul, nas ilhas Selvagens, e do seu ponto mais a oeste, na ilha das Flores, até ao ponto mais a leste, no concelho de Miranda do Douro, bem como o espaço interterritorial e os espaços aéreos e marítimos sob responsabilidade ou soberania nacional.

EEINC - Espaço Estratégico de Interesse Nacional Conjuntural decorre da avaliação da conjuntura internacional e da definição da capacidade nacional, tendo em conta as prioridades da política externa e de defesa, os atores em presença e as diversas organizações em que nos inserimos. Nesse sentido, são áreas prioritárias com interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural as seguintes: o espaço euro-atlântico, compreendendo a Europa onde nos integramos, o espaço atlântico em geral e o relacionamento com os Estados Unidos da América; o relacionamento com os Estados limítrofes; o Magrebe, no quadro das relações bilaterais e do diálogo com o Mediterrâneo; o Atlântico Sul, em especial, e o relacionamento com o Brasil; a África lusófona e Timor Leste; os países em que existem fortes comunidades de emigrantes portugueses; os países ou regiões em que Portugal tenha presença histórica e cultural, nomeadamente a Região Administrativa Especial de Macau; países de origem das comunidades imigrantes em Portugal. Podem considerar-se áreas de interesse relevante para a definição do espaço estratégico de interesse nacional conjuntural, para além das mencionadas, quaisquer outras zonas do globo em que, em certo momento, os interesses nacionais estejam em causa ou tenham lugar acontecimentos que os possam afetar.

ANEXO B: CENÁRIOS E SUBCENÁRIOS DE ATUAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

Fonte: Conselho de Chefes de Estado-Maior (2014, D-2)

C4 – Segurança Cooperativa

SUBCENÁRIO	PRIORIDADE DE EMPREGO	PROBABIL.	VIOLÊNCIA	SIMULTANEIDADE (sem ameaça revelada ao TN)	NATUREZA DA INTERVENÇÃO	ÁREA
Operações de Resposta a Crises no âmbito da OTAN (não artigo 5º) (d)	II	Alta	Baixa a Alta	X	Aliada	EEINC
Outras operações e missões no âmbito da OTAN	II	Alta	Baixa	x	Aliada	EEINC
Operações e missões no âmbito da UE (d)	II	Alta	Baixa/Média	X	Aliada	EEINC
Operações de Paz no âmbito da ONU ou da CPLP	III	Média	Baixa/Média	X	Aliada	EEINC
Operações e missões no âmbito de acordos bilaterais ou multilaterais	II	Média	Baixa/Média	X	Aliada	EEINC

Figura 10: Subcenários de Segurança Cooperativa

Fonte: Conselho de Chefes de Estado Maior (2014, D-2)

(d) Este subcenário pode ser entendido simultaneamente como de apoio à política externa do Estado ou como enquadrado numa postura de defesa nacional, aliada e out of area.

Nota: Na definição das **prioridades de emprego das Forças Armadas**, foram tomadas em linha de conta a natureza dos objetivos e interesses que o Estado pretende atingir e salvaguardar, bem como uma análise de simultaneidade de ocorrência dos cenários considerados. Deste modo, consideram-se como cenários de emprego:

- De primeira prioridade (I), os relacionados com a defesa de interesses vitais, que têm subjacente um elevado perigo para a unidade política se o desempenho das tarefas a eles inerentes não for eficiente;
- De segunda prioridade (II), os relacionados com interesses importantes, cuja salvaguarda concorre para o pleno exercício da soberania e proteção da vida humana;
- De terceira prioridade (III), os relacionados com interesses secundários, num quadro de aproveitamento de oportunidades no apoio à política externa do Estado e a outras políticas de manifesto interesse público.

ANEXO C: CRONOGRAMA DAS TAREFAS PRINCIPAIS DE APRONTAMENTO DE FORÇAS

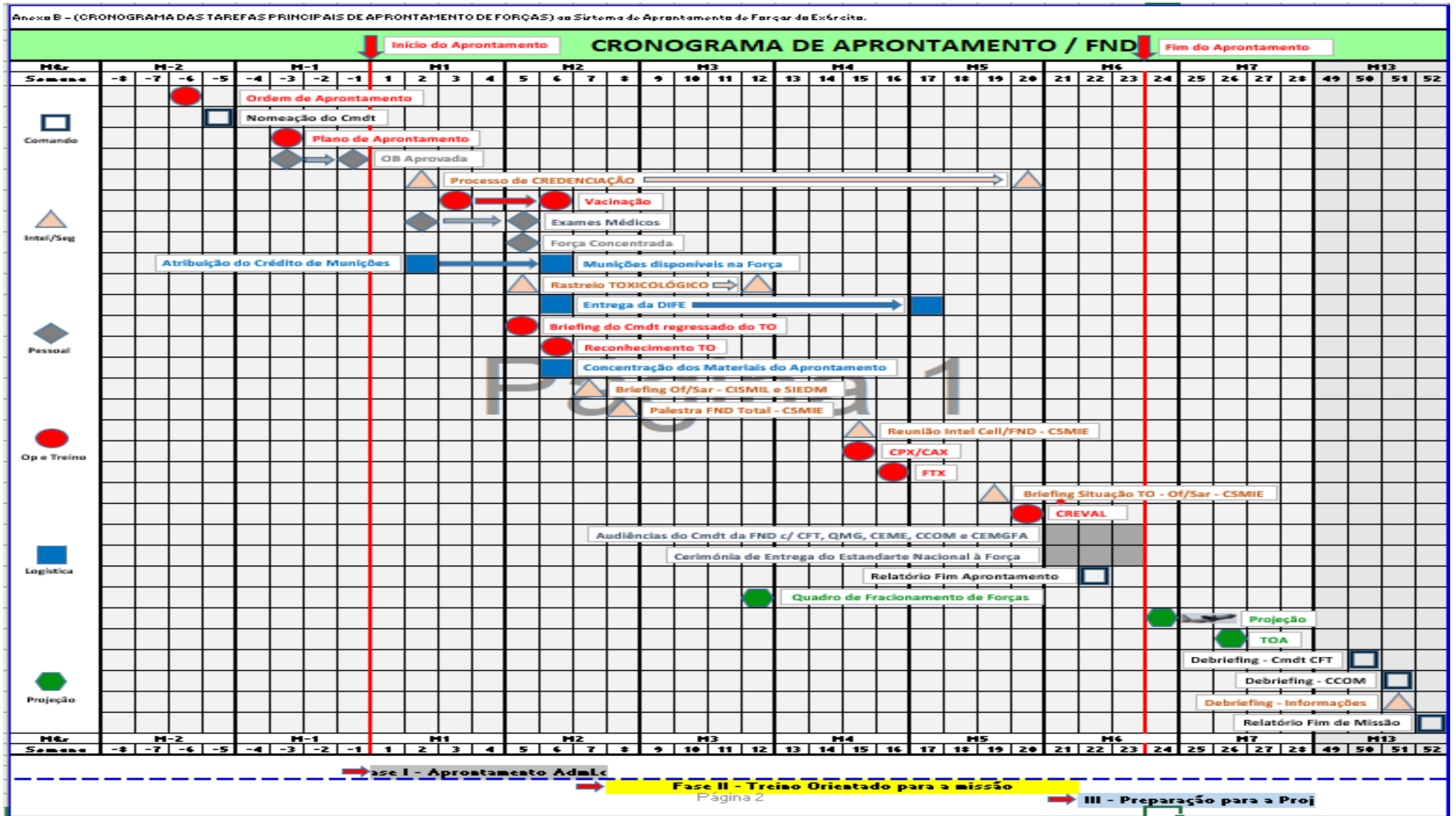


Figura 11: Cronograma de Aprontamento de Forças
 Fonte: Sistema de Aprontamento de Forças do Exército (SAFE), (CFT, 2019)

ANEXO D: CRONOGRAMA DE APRONTAMENTO DA 5.ª FND CAAtMec/ROU

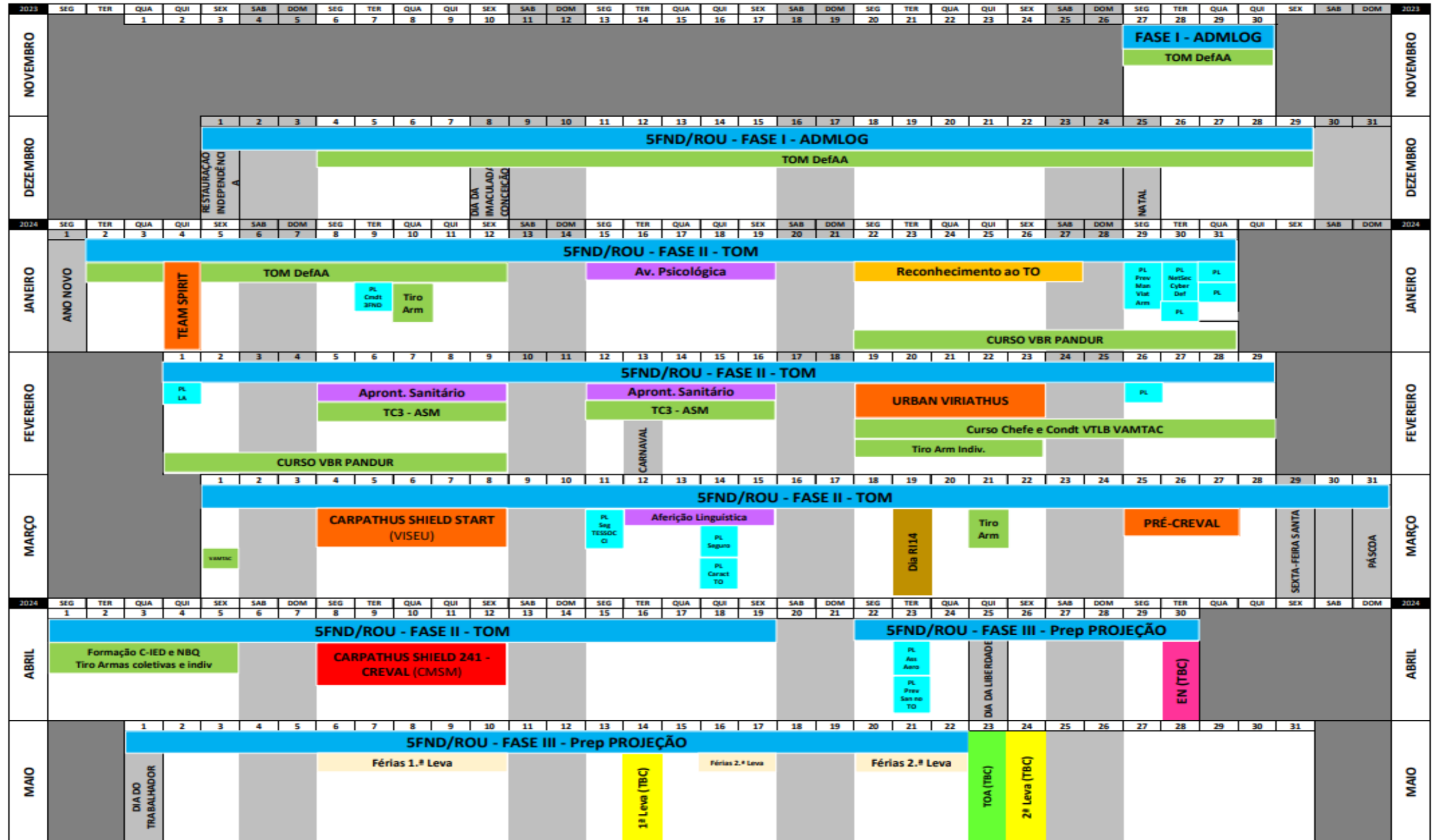


Figura 12: Cronograma de Aprontamento da 5.ª FND CAAtMec/ROU

Fonte: (Calendário de Aprontamento) ao Programa de Aprontamento da 5.ª FND CAAtMec/ROU, (BrigInt, 2023, p. J-1)